

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Daiane Benetti

***Dissidência no Partido Social Democrático (PSD) gaúcho: As eleições presidenciais de
1955 e o embate em torno da herança getulista (1954-1958)***

Porto Alegre

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Daiane Benetti

Dissidência no Partido Social Democrático (PSD) gaúcho: As eleições presidenciais de 1955 e o embate em torno da herança getulista (1954-1958)

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Simone Rodeghero

Porto Alegre

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof. Dra. Carla Simone Rodeghero, por aceitar minha proposta de investigação e conduzir-me de maneira segura e paciente durante este percurso. Considero-a inspiração como profissional, por sua competência e seriedade.

Agradeço aos amigos de longa data de Cotiporã, por tudo que vivemos e que me faz uma pessoa repleta de boas lembranças. De maneira especial, à Flávia Scapin, pelo auxílio nos primeiros tempos de Porto Alegre (ainda guardo com carinho os mapas por ela desenhados); à Joana Paludo e à Cíntia Frois, como também, novamente, à Flávia, pelo tempo em que moramos próximas e pudemos dividir mais quotidianamente nossas vidas. Agradeço à Vanessa Zechin, pela convivência tão repleta de reflexões e de aprendizado. Agradeço, também, aos amigos do curso de História da UFRGS, pelo companheirismo.

De maneira muito especial, agradeço aos amigos do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, pessoas com quem tive o privilégio de conviver nestes últimos dois anos: Rafael Gehlen, pela generosidade que marcou o início deste caminho; Rejane Penna, pela oportunidade que me proporcionou de participar de projetos sob sua orientação, momentos de importantes aprendizados; Márcia de Faria, Patrícia Coser e Caroline Heck, pelo companheirismo e compreensão constantes; Ananda Simões Fernandes e João da Cunha Ribeiro, pela leitura e pelos comentários valiosos sobre esta pesquisa desde que ela era apenas um projeto; ao João, agradeço ainda pelos livros que me apresentou, fundamentais para este trabalho. Por fim, e de maneira ainda mais especial, agradeço aos meus companheiros Camila Margarisi de Almeida, José Ulisses Brittes, Karin Bauken e Marcelo Weizenmann Marçal, pela sólida amizade que construímos nestes anos e que levarei comigo sempre. Ao Marcelo, agradeço, ainda, a generosidade em permitir que eu me propusesse a investigar um tema que também o interessava. E à Camila, agradeço também pela importante ajuda com a impressão.

Produto final de uma trajetória acadêmica, este trabalho também é produto de uma trajetória de vida, o coroamento de renúncias e de esforços que foram não apenas meus, mas também de três outras pessoas, fundamentais em tudo que já fiz, faço e ainda farei em minha vida: Armino, Soleci e Lediane Benetti. A eles, os agradecimentos mais profundos e mais emocionados. Obrigada pelo exemplo de coragem, de perseverança e de generosidade. Este trabalho é a eles dedicado, com todo o amor.

RESUMO

O Partido Social Democrático (PSD) foi um dos principais partidos do período democrático que vai de 1945 até 1964. No entanto, há poucos trabalhos que o tenham como objeto central de investigação, sendo, para este contexto, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) o partido que mereceu a maior parte de esforços dos historiadores. Este trabalho visa, assim, contribuir para os estudos sobre o PSD e sobre o período 1945-1964, através da análise das motivações para a ocorrência de uma Dissidência no PSD gaúcho em relação ao partido em âmbito nacional, decidido a lançar, para a disputa presidencial de 1955, Juscelino Kubistchek, do PSD, como candidato à presidência, em aliança com João Goulart, do PTB, como candidato à vice-presidência. O PSD gaúcho rejeita ambas as candidaturas. Esta pesquisa busca, ainda, investigar o que a ocorrência da Dissidência tem a dizer sobre o contexto político-partidário gaúcho. O recorte cronológico desta investigação se inicia em 1954, com as primeiras articulações para as candidaturas, acompanha o processo de intervenção no Diretório Regional, protagonizada pelo Diretório Nacional, e vai até o ano de 1958, quando, após a intervenção, o grupo dissidente ainda tem a força necessária para lançar seu líder, Walter Peracchi Barcelos, como candidato do partido à sucessão estadual daquele ano. As fontes são as do Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos, depositado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Trata-se de material inédito, do qual esta pesquisa é o primeiro resultado e que é pleno de outras possibilidades de pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. O GETULISMO EM DOIS MOMENTOS: 1945 E 1954.....	15
1.1. O ano de 1945 e o processo de redemocratização.....	16
1.2. O ano de 1945 e a formação dos partidos.....	18
1.2.1. A formação dos partidos no Rio Grande do Sul.....	20
1.3. O ano de 1954: crise, suicídio de Getúlio Vargas e mudanças no getulismo.....	23
1.3.1. A Dissidência: uma revisão bibliográfica.....	24
2. GETULISMO E ANTIGETULISMO: UM EMBATE QUE DIVIDE O PSD.....	26
2.1. Walter Peracchi Barcelos e a Dissidência gaúcha.....	26
2.2. As eleições presidenciais de 1955 e a formação da Dissidência.....	28
2.2.1. A Dissidência após a vitória de Juscelino e de Jango.....	31
2.3. A Dissidência e os embates entre getulismo e antigetulismo.....	32
2.4. Traição e vingança: Juscelino Kubistchek, Ernani do Amaral Peixoto e as questões referentes à fidelidade partidária.....	36
2.5. “Verdadeiros” e “falsos” pessedistas.....	41
2.6. A Dissidência como sintoma da divisão interna no PSD.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
FONTES.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

INTRODUÇÃO

Os estudos referentes ao Brasil durante o período que vai de 1945 até 1964 estão marcados pela polêmica em torno da validade do conceito de “populismo”. Usado por muito tempo como explicação primordial, o termo chegou a designar o período: seria o tempo da “democracia populista”. Iniciado no Brasil ainda em 1930, o “populismo”, em 1945, teria passado por rearranjos institucionais para ajustá-lo à experiência democrática e, em 1964, teria entrado em colapso.

Mais recentemente, tal conceito tem sido criticado, tanto por sua elasticidade demasiada, quanto por desvalorizar a atuação consciente dos atores envolvidos no processo. Tem se fortalecido, assim, a caracterização do período como Período Democrático¹, visando, assim, chamar a atenção para a validade e para a importância da experiência democrática vivenciada no período, a partir da atuação consciente dos atores envolvidos no processo, mobilizados pelas questões colocadas em pauta no momento.

Naqueles anos, três grandes partidos políticos caracterizavam-se como atores principais do cenário, aglutinando em torno de si outros partidos menores e mobilizando a opinião pública: União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD). Esta pesquisa propõe-se a lançar um olhar mais detido sobre o PSD, que vem a ser talvez o partido que mais tenha ocupado espaço nas esferas de poder no contexto 1945-1964, e que, apesar disso, não tem sido objeto de maiores estudos.² O que se observa em relação aos estudos sobre o período é que o PTB tem atraído maior número de pesquisas.

Com este trabalho, objetiva-se contribuir para os estudos sobre o período 1945-1964 a partir da análise do PSD no âmbito de sua seção gaúcha e, especificamente, sobre a formação de uma Dissidência desta seção em relação ao partido no âmbito nacional. Em 1955, houve eleições para Presidente e Vice-Presidente da República. O PSD, decidido no âmbito nacional a lançar Juscelino Kubitschek como candidato à Presidência em aliança com João Goulart, do PTB, como candidato à Vice-Presidência, encontrou a resistência de três seções regionais: Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

¹ FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção *O Brasil Republicano*, vol. 3).

² OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Tese Doutorado em História, PUCRS, 2008. Disponível em <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1142>. Acesso em 07/06/2011.

Este trabalho acompanhará o processo de formação e de dissolução da Dissidência na seção gaúcha do PSD, que apóia os candidatos da UDN, Juarez Távora e Milton Campos, respectivamente, à Presidência e à Vice-Presidência. A posição dissidente se mantém mesmo após a vitória eleitoral de Kubitschek e de Goulart, tendo fim apenas após um processo de intervenção no Diretório Regional, protagonizado pelo Diretório Nacional, processo que se estende até fins de 1957. Em 1958, ocorrendo eleições para governadores de estado, o nome lançado pelo PSD gaúcho é Walter Peracchi Barcelos, que havia sido o líder da Dissidência. Este fato indica que, apesar do processo de intervenção – que, teoricamente, deveria ter retirado o grupo dissidente do comando do Diretório Regional –, a Dissidência teve a força necessária para lançar um candidato saído de suas hostes para concorrer à disputa. Assim, penso que é importante analisar este fato para dimensionar como o grupo dissidente se apresenta ao final do processo de intervenção. O recorte cronológico, portanto, fica estabelecido de 1954, ano em que se iniciam as articulações para a disputa eleitoral de 1955, até 1958. Isso não impede, no entanto, o retorno a conjunturas anteriores, o que se mostrou indispensável para empreender a análise almejada.

O problema de pesquisa fica, assim, colocado a partir das seguintes questões:

- 1) Quais as motivações para a ocorrência da Dissidência?
- 2) O que sua ocorrência tem a dizer sobre o contexto político-partidário gaúcho?

A partir disso, os objetivos são:

- 1) Entender os motivos da rejeição a Juscelino Kubitschek como candidato à presidência e a João Goulart como candidato à vice-presidência.
- 2) Analisar a configuração político-partidária que se apresenta no âmbito do Rio Grande do Sul, buscando compreender o papel desempenhado pelo PSD em relação aos outros partidos existentes, assim como as articulações que ocorrem dentro da seção gaúcha do partido, visando apreender a diversidade de posições que aí se encontra.
- 3) Dimensionar o papel do grupo dissidente do PSD gaúcho dentro das disputas entre getulismo e antigetulismo, entendidos como aspectos da cultura política que marcou o contexto 1945-1964.
- 4) Compreender como se apresentam as questões referentes à fidelidade partidária.

As fontes que embasam este trabalho são documentos do Arquivo Particular Walter Peracchi Barcellos, líder da Dissidência, depositado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Tratam-se, preponderantemente, de correspondências provenientes dos Diretórios Municipais do partido, manifestando-se em relação às tomadas de posição do então presidente do Diretório Regional.

O estudo proposto insere-se na área temática da História Política. Cabe, assim, breve menção ao seu desenvolvimento. Os movimentos que se dão dentro de um campo de conhecimento são motivados tanto pelas questões internas ao seu desenvolvimento quanto pelas questões colocadas pelo tempo presente. Nas palavras de René Rémond (2003, p.22), são, respectivamente, “o movimento próprio da pesquisa histórica e o ambiente ideológico”.

Como exemplo do primeiro caso, Ângela de Castro Gomes (1996, p.63) refere o movimento de renovação da História Política enquanto relacionado à crise dos paradigmas estruturalistas (marxismo, funcionalismo e da vertente *braudeliana* da *Escola dos Annales*). Neste contexto, procuraram-se explicações que recolocassem a importância do papel do sujeito em relação às estruturas, acusadas de determinismo. É através deste raciocínio que se chega à colocação do político como não redutível a uma determinação de outra natureza. Embora tendo vinculações com outros campos – o econômico, o cultural, o social – o político não se subsume, no entanto, nestes outros setores, não é tão-somente reflexo destes. Ao político se reserva uma especificidade, uma autonomia.

Foi – e continua sendo – uma contribuição das pesquisas das últimas décadas lançar luz sobre o jogo dos interesses, as correspondências entre os pertencimentos sociais e as escolhas políticas, acompanhar a intervenção dos grupos de pressão e mostrar que a decisão política era a resultante de uma multiplicidade de fatores que nem todos eram políticos, (...). Mas seria excessivo inferir a partir daí que a política nunca é mais do que a consequência de parâmetros que lhe são estranhos (RÉMOND, 2003, p.445-446).

Quanto aos movimentos que se gestam em função das questões colocadas pelo *ambiente ideológico*, segundo Maria Helena Rolim Capelato (1996, p.161-162), a renovação da história política está relacionada à substituição dos temas da revolução – a partir do esgotamento das experiências revolucionárias na década de 1970 – pelos temas da democracia, nos anos 1980. Assim, o estudo das estruturas econômicas e sociais cedeu espaço ao estudo do mundo da política.

Ainda neste sentido, para Ângela de Castro Gomes (1996, p.65), especificamente no Brasil, a retomada dos estudos políticos está relacionada aos processos que levariam ao fim da Ditadura Civil-Militar e ao conseqüente retorno à democracia. A partir do final dos anos 1970 há um florescimento dos estudos de temas políticos, buscando compreender a emergência desse regime no país. Para isso, busca-se o período anterior a 1964, entendendo que ali estão estas explicações.

Com este intuito surgem estudos específicos sobre os partidos políticos que existiram no período 1945-1964: o Partido Comunista (PC) ³, a União Democrática Nacional (UDN) ⁴, o Partido Social Democrático (PSD) ⁵ e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ⁶. Mais tarde, surgirão trabalhos também sobre o Partido de Representação Popular (PRP) ⁷ e o Partido Libertador (PL) no Rio Grande do Sul⁸.

No entanto, apesar destes trabalhos sobre partidos políticos, e também sobre o sistema partidário, segundo Jorge Ferreira (2010), os anos que vão de 1945 a 1964 tem recebido menos atenção dos historiadores se comparados com outros períodos, como a época colonial e o século XIX, que contam com pesquisas de longa data e, mais recentemente, os estudos sobre a Ditadura Civil-Militar, que conhecem grande crescimento.

Essa menor dedicação dos historiadores ao período, acrescida de sua desqualificação como uma experiência realmente democrática, reforçam a caracterização pejorativa do período como *populista*, termo atualmente bastante criticado.

Jorge Ferreira (2001, p.9) chama a atenção para o processo de construção do conceito, demonstrando que ele “surgiu *primeiro* como uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político, e somente *depois* como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico”. As primeiras formulações sobre o “populismo” surgiram ainda em 1945, sendo usadas pelas elites que perderam o poder em 1930 para desqualificar o indivíduo considerado artífice desta perda: Getúlio Vargas. Nos anos seguintes, tal desqualificação prossegue, sendo direcionada, após a morte de Getúlio, aos que eram identificados à sua herança política.

Assim como se desqualificaram líderes políticos do período através do epíteto de “populistas”, se desmereceu a parcela da sociedade na qual estes políticos teriam se amparado para se legitimar: as massas “manipuladas”. A acusação recai sobre o movimento queremista, ainda em 1945 e, ao longo dos anos seguintes, recairá sobre o movimento sindical, sob a acusação de “pelego”.

³ CHILCOTE, Ronald. *The Brazilian Communist Party*. New York: Oxford Univ. Press, 1974.

⁴ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁵ HIPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945 - 64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989; GOMES, Ângela de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989; D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996

⁷ CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

⁸ TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política no RS*. Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo, Área de Ciências Humanas, UNISINOS, 2008.

Apesar de existirem motivações diferentes para isso, tanto os setores conservadores quanto as esquerdas farão uso do termo “populista” com caráter depreciativo. Os setores conservadores que, ao final, serão protagonistas do golpe que encerra o período – em 1964 – buscam legitimação mediante a construção de uma imagem daqueles anos como plenos de “corrupção”, “demagogia”, “incompetência”. Para estes setores, o povo, destituído de cultura política, era manipulado por determinados líderes. Do outro lado, as esquerdas falavam em “manipulação” dos operários por lideranças exteriores à classe, a exemplo de políticos reformistas e sindicalistas “pelegos”.

De acordo com Charles Sidarta Machado Domingos (2008, p.179), “talvez o ponto que mais tenha despertado polêmicas nas interpretações sobre o populismo seja a manipulação das massas”. É neste aspecto, justamente, que se dará sua crítica mais contundente. Em meados dos anos 1980, interpretações calcadas no âmbito da história cultural vêm contribuir para a revisão da idéia de manipulação pura e simples:

Muito resumidamente, as análises negam que as classes dominantes tenham o monopólio exclusivo da produção de idéias. Os trabalhadores, os camponeses e as pessoas comuns também produzem suas próprias crenças, valores e códigos comportamentais, o que, no conjunto, convencionou-se chamar de cultura popular. (FERREIRA, 2001, p.97-98)

O conceito de “populismo” foi revisto, surgindo, então, autores que criticaram sua utilização, como os acima citados – Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. Estas críticas também estão embasadas na flexibilidade demasiada que o conceito adquiriu: “A noção de “populismo” tornou-se tão elástica e, de certo modo, a-histórica, que passou a explicar tudo – e, como ocorre nesses casos, a explicar muito pouco” (FERREIRA, 2001, p.13).

Para Charles Sidarta Machado Domingos (2008, p.184), embora estas críticas ao populismo ainda não tenham conseguido produzir um conceito capaz de aglutinar de forma mais precisa o conjunto dos anos 1945-1964, suas ponderações não podem ser ignoradas. “Elas colocam em xeque o pressuposto fundamental do *populismo* na política brasileira: *a manipulação dos trabalhadores*”. Para o autor, os anos 1945-1964 contaram com o “desenvolvimento das lutas pelos direitos políticos, até então praticamente inexistentes na curta república brasileira, fenômeno que parece se contrapor aos preceitos fundamentais do populismo” (DOMINGOS, 2008, p.170).

Assim, esta pesquisa partirá do entendimento do período 1945-1964 como o tempo da “experiência democrática” e não como o tempo da “democracia populista”.⁹ Isto reflete meu entendimento de que podemos identificar adesão dos eleitores aos projetos políticos em disputa, e não apenas “manipulação”.¹⁰

Segundo Jorge Ferreira (2003), dois projetos políticos concorreram pela adesão do eleitorado naqueles anos: *getulismo* e *antigetulismo*. O primeiro foi assim chamado ainda em 1945, e ganharia programa político com o trabalhismo e institucionalização com o PTB. Este projeto estava centrado em um desenvolvimento capitalista nacional, com valorização do capital humano através de redes de proteção social. Do outro lado, um projeto liberal-conservador que encorajava a abertura a investimentos estrangeiros e era contrário ao intervencionismo estatal na economia e nas relações de trabalho, possuindo influências de moralismo, elitismo e anticomunismo. Este projeto é o que podemos identificar como *antigetulista*.

Para Mercedes Maria Loguércio Cánepa (2005), no processo de reorganização partidária, em 1945, a figura de Getúlio Vargas constituiu o divisor de águas. Para além disso, entendo que Getúlio Vargas segue sendo um marco na política brasileira durante todo o período 1945-1964, seja enquanto ator político de fato, em vida, seja enquanto símbolo, após o suicídio. Sua herança foi motivo para adesões e para críticas, marcando a cultura política do período. Cánepa chama a atenção, ainda, para o fato de que “Vargas afinal simbolizava, ou poderia simbolizar, coisas distintas e portanto seria sempre preciso identificar qual delas realmente estava em jogo em diferentes circunstâncias (CANÉPA, 2005: 120)”. Acolhendo sua sugestão, busca-se precisar a qual simbologia referente a Getúlio Vargas a seção gaúcha dissidente do PSD se vincula, dimensionando-a dentro do embate entre *getulismo* e *antigetulismo* enquanto marcas da cultura política do período.

O conceito de “cultura política” começa a ser utilizado no âmbito da renovação da história política. Durante boa parte da existência da História enquanto campo de conhecimento e de investigação, a História Política foi hegemônica. O auge desta no meio acadêmico se dá com a historiografia metódica ou positivista e, segundo Francisco Falcon

⁹ FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção *O Brasil Republicano*, vol. 3).

¹⁰ GOMES, Ângela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura, etc. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, pp.59-84, 1996, p.70. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2022/1161>>. Acesso em: 03/07/2011.

(1997, p.68), seu declínio se dá a partir de 1929/1930, sendo esta, a partir daí, paulatinamente identificada com uma história *tradicional*.¹¹

Este epíteto quer significar uma oposição em relação ao *novo* que está surgindo e que tem justamente no ano de 1929 o seu marco fundador: a publicação do primeiro número dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre. A *Escola dos Annales* estava nascendo e sua consolidação se basearia fundamentalmente na oposição à história política, dita tradicional.

Segundo Francisco Falcon (1997, p.74), diversas tendências convergiram para desqualificar a história política tradicional, todas elas refletindo de algum modo sobre a *Escola dos Annales*. Fundamentalmente, os *annalistes* propunham a ampliação do campo de trabalho da História: no aspecto dos documentos, ampliando o espectro de suportes que poderiam ser considerados como tais; no aspecto do tempo, procurando ir além do acontecimento tão-somente, inserindo-o em explicações que se inserem em durações mais longas; no aspecto dos indivíduos, ultrapassando o interesse pelos “grandes homens”, pelas elites políticas, e indo até as massas (FALCON, 1997, p.68-69). Outra inovação da *Escola dos Annales* foi sua abertura a outras ciências sociais, como a sociologia, a antropologia e a ciência política. A história proposta pela *Escola dos Annales* era uma *história total*, amparada pelo estudo do social e do econômico e, mais tarde, do cultural. Sua acusação à história política assentava-se na qualificação desta enquanto *factual - événementielle* -, presa apenas à superfície dos fatos.

Outra tendência que contribuiu para a crítica da história política tradicional foi o marxismo. Francisco Falcon (1997, p.72) destaca “a ênfase de tal perspectiva na categoria de totalidade, a importância atribuída por seus adeptos às condições materiais, às estruturas socioeconômicas, a atenção especial prestada às classes e/ou grupos sociais e aos movimentos coletivos”. Em sua vertente estruturalista, por fim, o marxismo interpretou a política como tão-somente derivação das estruturas econômicas.

No entanto, a história política sobreviveu, num movimento de renovação mais do que simples recuperação (RÉMOND, 2003, p.6). A partir do final dos anos 1970, a história política encontrará dentro da própria crítica a ela lançada, o caminho para sua renovação, apropriando-se dos novos movimentos da historiografia. Nas palavras de Francisco Falcon (1997, P.69), “o mesmo movimento que a desqualificava, portava a renovação da história

¹¹ Embora se deva relativizar o declínio da história política tanto no âmbito editorial – onde continuou tendo posição proeminente – quanto no que se refere ao seu declínio fora da França, que foi muito limitado (FALCON, 1997, p.70).

política”. Para Réne Rémond (2003, p.26) “ela não é mais a mesma história política, e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica”. O conceito de “cultura política” revela-se um exemplo de como a história política ampliou suas perspectivas.

O termo cultura política, durante muito tempo reservado às elites capazes de formular claramente a ideologia, passou a ser aplicado à massa daqueles que têm opiniões políticas, qualquer que seja seu nível cultural, e ainda que não estejam em condição de sustentar uma discussão teórica. Essa cultura difusa se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (...), símbolos, bandeira, festas, vocabulário de palavras codificadas etc. (...) expressão de uma cultura política específica, remetendo aqueles que dela participam a todo um contexto implícito cujo conteúdo ideológico eles sentem e nem sempre podem exprimir (BERSTEIN, 2003, p.88-89).

O conceito foi criado na década de 1960 como o objetivo de incorporar os aspectos subjetivos das orientações políticas. Para Leandro Piquet Carneiro e Karina Kuschnir (1999, p. 227), cultura política refere-se ao “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores.”

O objetivo, assim, é compreender as motivações para que um indivíduo ou grupo adote um comportamento político e não outro (GOUVEA; SANTOS, 2007, p. 92). Assim, pretende-se entender as motivações – explicitadas pelos atores a partir de valores, crenças, sentimentos e atitudes – que fizeram com que o grupo de indivíduos objeto deste estudo se manifestasse em Dissidência em relação ao partido em âmbito nacional.

Ângela de Castro Gomes (2007, p. 47-48) destaca que a constituição do conceito de cultura política incorpora sempre uma leitura do passado, que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos e textos referências. Assim, assume importância a investigação a respeito da leitura do passado que o grupo dissidente elaborou e que serve de legitimação para as posições assumidas no presente.

Por fim, amparo-me na obra *Partidos e Sistemas Partidários*, de Giovanni Sartori (1982) para analisar as motivações para a Dissidência. Para o autor, um partido, para além da unidade que representa, é formado por diversas *subunidades*. O autor sugere o termo *fração* para designar genericamente estas subdivisões e propõe quatro dimensões para analisá-las: organizacional, motivacional, ideológica e esquerda-e-direita (1982, p.98).

A Dissidência, aqui entendida como uma *fração*, pode ser analisada com proveito a partir da dimensão motivacional, concordando aqui com Lucia Hippolito (1985, p.143)

quando diz que “a dimensão *motivacional* é a mais relevante, sendo as duas últimas [ideológica e esquerda-e-direita] perfeitamente absorvíveis por ela”.

A partir da dimensão motivacional, a *fração* será caracterizada como motivacional *de interesse* ou motivacional *de princípios*. A primeira identifica uma fração motivada por recompensas concretas, como cargos, por exemplo. A segunda aponta para a defesa de idéias e conseqüente implementação de políticas correspondentes a elas. Assim, propõe-se investigar se a Dissidência melhor se ajusta à concepção de fração *de princípios* ou fração *de interesse*, entendida esta motivação como uma opção *racional* por parte dos atores envolvidos.

O trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo será feita uma apresentação do tema, caracterizando o contexto político-partidário gaúcho e o nacional desde a formação dos partidos no contexto da redemocratização, em 1945, até a ocorrência da dissidência, em 1955, destacando o processo na perspectiva do PSD e das transformações que ocorrem com o getulismo ao longo dos anos. Neste momento, será feita uma revisão bibliográfica sobre a Dissidência.

No segundo capítulo, serão analisadas as motivações para a ocorrência da Dissidência, a partir do referencial teórico colocado nesta introdução e de um conjunto de variáveis construídas a partir da documentação analisada. São elas: 1) a relação que a dissidência tem com os embates em torno de getulismo e antigetulismo dentro do PSD; 2) a forma como a dissidência traz à tona noções como traição e vingança, e como reflete-as questões vinculadas à fidelidade partidária; 3) a justificativa da dissidência como um movimento de “verdadeiros pessedistas”, em relação a outros, “falsos”, que apenas estariam motivados por interesses pessoais; e, finalmente, 4) a dissidência como sintoma da divisão interna no PSD em geral e também no PSD gaúcho.

Neste capítulo, também, se desenhará um panorama da Dissidência, desde o surgimento, em 1954, passando pelo processo de intervenção, até o ano de 1958, quando Walter Peracchi Barcelos, seu líder, é candidato ao governo do estado do Rio Grande do Sul. É feita, ainda, a reconstituição dos aspectos principais da campanha presidencial de 1955, pontuando as questões que estavam em pauta naquele momento.

1. O GETULISMO EM DOIS MOMENTOS: 1945 E 1954.

O getulismo nasceu e viverá sempre na alma de brasileiros e estrangeiros que compreenderam o presidente Getúlio Vargas e a sua obra de Estadista, que não raro foram nessa obra, beneficiados, havendo ficado definitivamente agradecidos. O getulismo é um fenômeno sentimental. O getulismo é gratidão coletiva.

Adamastor Lima¹²

Esta pesquisa tem como um de seus objetivos apontar motivações para o surgimento da Dissidência. Levando-se em consideração que o PSD gaúcho recusa tanto um candidato saído de suas próprias hostes – Juscelino Kubistchek – quanto um candidato do PTB – João Goulart –, penso que as motivações para tanto giram em torno do relacionamento entre PSD e PTB e destes com o getulismo enquanto marca da cultura política do período em questão.

Busca-se, neste capítulo, reconstituir os aspectos principais do relacionamento entre o PSD, especificamente o PSD gaúcho, e o getulismo, desde a redemocratização e a formação dos partidos, em 1945, até o contexto em que se localiza o objeto deste trabalho, a Dissidência, em 1955.

Para tanto, pensaremos esta relação focando dois momentos específicos do período que vai de 1945 a 1964. Apesar de aqueles anos serem, como um todo, atravessados pelas disputas em torno de getulismo e de antigetulismo, acredito que há dois momentos chave, por estarem as posições, digamos, “à flor da pele”: a redemocratização e formação dos partidos, em 1945, e o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. É importante notar que, nos dois contextos, há articulação de golpes visando retirar Getúlio do poder, o que evidencia a força dos embates que se dão.

A formação dos partidos, em 1945, tem no getulismo um divisor de águas, um marco que orienta os diferentes posicionamentos político-partidários. O ano de 1954, por sua vez, é particularmente importante por marcar o contexto imediatamente anterior aos eventos que aqui nos interessam: as eleições presidenciais de 1955. Esta conjuntura foi marcada pela crise do segundo governo Vargas, principalmente a partir de 1953, por seu suicídio, em 1954, e pelas manifestações populares que o sucederam. Neste momento, a herança getulista é definitivamente capitalizada pelo PTB. Quanto ao PSD, veremos que a escolha de Juscelino Kubistchek como candidato à sucessão presidencial, e a opção por uma aliança com o PTB,

¹² Trecho de artigo escrito por Adamastor Lima, intitulado “Getulismo e o PTB, na ação vigorosa de João Goulart”. Citado por Jorge Ferreira em *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 121.

na pessoa de João Goulart, como candidato a vice, em 1955, reflete o posicionamento do partido, a nível nacional, de ainda capitalizar esta herança getulista. Refletir a respeito da recusa, por parte do PSD gaúcho, a cancelar estas candidaturas, é nosso objetivo.

1.1. O ano de 1945 e o processo de redemocratização.

Sobre o sistema partidário que vigorou durante o período 1945-1964, Mercedes Maria Loguércio Cánepa (2005, p.66) entende que, apesar das limitações, representadas principalmente pela sobrevivência de estruturas autoritárias do período anterior, as forças sociais em confronto naquele momento foram capazes de se utilizar das instituições criadas – os partidos políticos –, e nelas se fazerem representar. Para a autora, o sistema democrático-representativo conseguiu operar.

Para Lucília de Almeida Neves Delgado (2003, p.151), o período de 1945 a 1964 pode ser considerado como “um dos mais democráticos da experiência republicana brasileira.” Para a autora, a disputa pelo poder expressava a adesão, por parte dos sujeitos, a diferentes projetos para o Brasil.

Para Jorge Ferreira (2003, p.337-338), os que resistem em admitir que o período foi de fato uma experiência democrática procuram “uma receita prévia de democracia, esquecendo-se de que ela não nasce pronta, mas é conquistada, ampliada e ‘inventada’(...). Ela avança no conflito e na luta social.” Para o autor, existiam projetos políticos e a população os reconhecia: “De um lado do espectro, o nacional-estatismo de trabalhistas e comunistas; de outro, o liberalismo conservador da UDN” (FERREIRA, 2003, p.337-338).

Pode-se observar, na perspectiva formulada por estes autores, um diálogo com as interpretações marcadas pelo conceito de “populismo”, no que tange à participação consciente dos atores envolvidos no processo e à efetiva participação política. O que se quer marcar é uma posição de crítica frente à caracterização pejorativa do período como apenas marcado por manipulação e alienação.

Frente aos projetos políticos em disputa, onde se colocavam, um em cada extremo, PTB e UDN, onde se situa o PSD e, especificamente, o PSD gaúcho? A partir da bibliografia consultada, pode-se pensar o PSD, a nível nacional, colocado no campo do projeto getulista, enquanto que o PSD gaúcho estava colocado no campo oposto, o antigetulista. Como se

processa esta diferenciação? Tendo sido, à semelhança do PSD nacional, inicialmente fundado para ser getulista, o PSD gaúcho, no entanto, teria progressivamente e desde cedo se afastado desde marco, colocando-se, paulatinamente, no campo do antigetulismo.

O processo de redemocratização tem sido abordado principalmente a partir do viés explicativo da tomada de consciência da incongruência entre o Estado brasileiro apoiar a luta contra o nazismo e o fascismo, exteriormente, e, internamente, viver uma ditadura. A partir desta constatação, teria se iniciado um movimento de pressão sobre o governo que o obrigaria a ceder e a redemocratizar o país (CANEPA, 2005, p. 94; BODEA, 1992, p.14).

Fato é que, em 1945, Getúlio Vargas decreta anistia e, a 28 de maio, a Lei Agamenon, fixando a data do pleito, dia 2 de dezembro, e regulamentando o novo código eleitoral e os requisitos para a formação dos partidos políticos. Estava aberto o caminho para a democracia.

Algo, porém, pareceu estranho naquele contexto: “cai a ditadura, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder” (FERREIRA, 2003, p.15). Era o movimento queremista, que tomava o país naqueles dias do ano de 1945. Para as forças liberais e antigetulistas, que viam em Vargas apenas o ditador, compreender aquelas pessoas que, surpreendentemente, “queriam Getúlio”, era muito difícil.

Para aquelas pessoas que se manifestavam pela permanência de Getúlio, ele não era o ditador, ou não apenas o ditador. Era, sim, o homem que representava a legislação trabalhista, divisor de águas entre um “antes” - marcado por repressão policial às reivindicações sindicais, políticos indiferentes aos anseios populares, trabalhadores sem garantias, direitos sociais e reconhecimento político – e um “depois” – onde eram reconhecidos politicamente e valorizados socialmente (FERREIRA, 2003, p.29).

É principalmente neste momento que se forjam representações negativas em relação aos trabalhadores e à massa que se mobilizava no movimento queremista. Para os antigetulistas, elas tinham sido “enganadas” pelos anos de eficiente propaganda do Estado Novo e estavam sendo utilizadas como massa de manobra pelo ditador, que, a partir disso, poderia legitimar-se para permanecer no poder.

De acordo com Jorge Ferreira (2003, p.18), aquelas manifestações significavam, na cultura política popular, o temor de que, perdendo Getúlio, se perdesse a legislação trabalhista por ele decretada, pois não havia na relação entre Getúlio e os trabalhadores apenas submissão de uns e manipulação do outro. Havia pacto: “uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade” (FERREIRA, 2003, p.32), e perder Getúlio poderia significar o rompimento daquele pacto.

Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O 'mito' Vargas – e o movimento que decorre dele, o queremismo – expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores. (FERREIRA, 2003, p.19)

Sob o impacto do movimento queremista e do golpe contra Getúlio Vargas é que se processa a formação dos partidos políticos. Não gratuitamente, o getulismo será o divisor de águas para a fundação e identidade dos partidos, entre os que o querem e quem a continuidade do que ele representa e entre os que desejam que ela seja aliado do cenário social (FLACH; CARDOSO, 2007, p.61; BODEA, 1992, p.16).

1.2. O ano de 1945 e a formação dos partidos políticos.

O getulismo, neste momento, pode ser entendido como expressão que traduzia “a defesa e as conquistas do trabalho associadas à imagem do chefe do governo, além de um estilo político que privilegiava uma relação sem mediações entre líder e trabalhadores” (FERREIRA, 2005, p.11-12). Era, ainda, “um componente estratégico para orientação no campo das disputas políticas” (GOMES, 2002, p.10). Surgiram, assim, partidos que fizeram sua defesa e outros que fizeram sua condenação. Notadamente, três: PSD, PTB e UDN, que viriam a monopolizar as discussões naqueles anos, aglutinando em torno de si os outros partidos menores.

Quanto aos outros partidos: o PCB participou de poucas eleições, em função de sua cassação já em 1947. Nas eleições de 1945, atingiu o eleitorado dos principais centros urbanos, superando a votação recebida pelo PTB. O PRP, representando o Integralismo, tinha como bases eleitorais a região de colonização alemã e italiana dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Partido Democrata Cristão (PDC) tinha sua base nos centros urbanos do Centro-Sul. O Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL) e o Partido Social Progressista (PSP) tinham suas bases restritas a apenas um estado cada um, respectivamente, Minas Gerais, Rio Grande do Sul (como herdeiro dos antigos federalistas) e São Paulo (tendo em Adhemar de Barros seu principal líder) (FLACH; CARDOSO, 2007, p.60).

Por sua centralidade, há ampla bibliografia que busca dar conta da formação destes três partidos políticos: PSD, PTB e UDN. Sobre o último, há consenso sobre seu caráter antigetulista. O partido formou-se englobando setores oligárquicos e representantes da burguesia liberal urbana, agrupados na UDN e, inicialmente e apenas por breve período, elementos da esquerda não-comunista – a Esquerda Democrática. Esta, já em agosto de 1945 rompe com a UDN e passa a formar o PSB (BODEA, 1992, p.14-15).

Sobre as questões que envolvem a formação de PTB e de PSD, para Miguel Bodea (1992, p.14-15), ambos representavam as forças do getulismo: o PTB, com o objetivo de mobilizar parcela específica da sociedade – o operariado –, e o PSD como um forte partido de sustentação oficial, agrupando o aparato do Estado Novo. Esta interpretação está na base da imagem criada para representar a formação destes partidos: Getúlio teria criado o PTB com a mão esquerda e o PSD com a mão direita.

Miguel Bodea (1992, p. 150) entende que, na defesa de um projeto de incorporação ordenada das classes operárias vinculada a um modelo de desenvolvimento nacional autônomo, Vargas, na fase final do Estado Novo, sente-se ameaçado pelo perigo de retorno ao poder das forças liberal-conservadoras. Assim, pressionado pela conjuntura a redemocratizar o país, Vargas procura fazê-lo criando partidos políticos que pudessem enfrentar estas forças nas urnas. Havia dois caminhos a seguir e Vargas tentaria, simultaneamente, trilhar a ambos.

O primeiro caminho, de viés mais conservador, seria um partido ligado às oligarquias regionais, subordinando-as aos interesses do desenvolvimento nacional autônomo. Deste caminho surge o PSD. Esta opção é mais arriscada, na medida em que o partido se torna permeável aos interesses liberal-conservadores vinculados às oligarquias regionais. Para o autor, “a cria pode voltar-se contra o criador, como de fato o fez, principalmente no caso do PSD gaúcho” (BODEA, 1992, p.150). O segundo caminho é o da mobilização popular, através de um grande partido de massas que mobilizaria o voto operário e popular. Este é o caminho do PTB.

Isto explicaria porque Getúlio manteve, por tantas vezes, um comportamento aparentemente ambíguo em relação ao PSD e ao PTB, parecendo apoiar a ambos em diversos momentos. Isto se deveria justamente ao fato de que era realmente este o objetivo inicial na estratégia getulista: unir ambos para viabilizar a continuação do seu projeto de desenvolvimento nacional autônomo e de incorporação das massas.

Para Ângela de Castro Gomes (2002, p.2), a formação de dois partidos diferentes – PSD e PTB – para representar as forças getulistas seria decorrência da frustração do intento de setores da cúpula do Estado Novo, que tinham um projeto de “partido único de massas”. No

entanto, este desejo mostrou-se frustrado, na medida em que não foi possível conciliar lideranças regionais com lideranças sindicais. Têm origem, então, dois partidos: o PTB e o PSD.

Dessa perspectiva, a criação desses dois partidos não resulta de um cálculo antecipado que procurava distinguir bases diferenciadas de apoio político à máquina estado-novista que, era esperado, iria sair de cena com o fim da Segunda Guerra mundial e o alinhamento Brasil-USA. Ao contrário, o PSD e o PTB emergem como a solução pragmática possível num contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (a UDN), e de uma forte esquerda organizada (o Partido Comunista, PCB) forçava a tomada imediata de decisões políticas. (GOMES, 2002, p.2).

A partir destas colocações, observa-se que o PSD representou uma tentativa de aglutinar as forças oligárquicas fiéis a Getúlio Vargas, partindo da estrutura das interventorias que existiram durante o Estado Novo. Partir das interventorias significava ter meio caminho andado para o sucesso eleitoral, na medida em que colocava à disposição do partido uma infra-estrutura administrativa e uma rede clientelista (DELGADO, 2003, p.139).

Para Miguel Bodea (1992, p.15), o partido deveria ter “tinturas reformistas” e ser fiel a um programa nacionalista. No entanto, progressivamente, passaria a prevalecer, no partido, uma tendência liberal-conservadora.

Para Lucília de Almeida Neves Delgado (2003, p.138-139), o PSD ficou marcado como o partido do pragmatismo, da habilidade e da força eleitoral. Sua habilidade para alcançar e para se manter no poder marcaram época, ficando conhecidos como mestres da negociação, ganhando o epíteto de “raposas” da política.

Com suas peculiaridades, PSD e PTB teriam formado o chamado “pacto populista”, marca do contexto 1945-1964.

1.2.1. A formação dos partidos no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, assim como para o cenário nacional, o getulismo representou um divisor de águas. Por outro lado, as clivagens políticas anteriores a 1945 também exerceram importante papel. A força do Partido Libertador (PL), por exemplo, tem relação com isto, remontando às clivagens dos anos da República Velha e às adesões e oposições ao Estado Novo (CANEPA, 2005, p.103).

Além do PL, que se colocou no campo antigetulista, surgiram UDN, no mesmo campo e PSD e PTB, como forças getulistas. Tem-se, ainda, o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Partido de Representação Popular (PRP), partidos de cunho mais ideológico, respectivamente formados pelos comunistas e pelos integralistas, e que tinham suas bases eleitorais no estado à semelhança do resto do país: PCB nos grandes centros urbanos e PRP nas zonas coloniais (FLACH; CARDOSO, 2007, p.62).

O Rio Grande do Sul, no entanto, em relação ao contexto nacional, possui especificidades: a UDN, no estado, não desempenha o papel que representa a nível nacional. Ela é fraca no Rio Grande do Sul. Quanto ao PSD e ao PTB, se, a nível nacional, estes partidos entraram num processo de afastamento apenas no fim dos anos 1950 e início dos de 1960, no Rio Grande do Sul isto se dá bem mais cedo, com sinais já desde sua fundação e consolidando-se com as eleições de 1950.

Este afastamento relaciona-se com o processo que aparece, na bibliografia consultada, como “desgetulização” do PSD gaúcho (FLACH; CARDOSO, 2007, p.64). Paulatinamente, os quadros getulistas que estavam presentes em sua fundação vão migrando para o PTB, esvaziando o PSD de seu caráter getulista e tornando-o “udenizado”. É como se este PSD “udenizado”, no Rio Grande do Sul, ocupasse o papel que a UDN ocupava a nível nacional, de defensora do *antigetulismo*, visto que, aqui, ela era fraca.

Dito processo teria se iniciado desde o período de formação dos partidos no estado. Quando se observa este processo, em 1945, a explicação proposta por Ângela de Castro Gomes se aplicaria com precisão para o caso do Rio Grande do Sul. O PSD gaúcho organiza-se nos mesmos moldes do PSD nacional, a partir da estrutura burocrática das interventorias, agrupando políticos tradicionais. Em seus primeiros momentos de vida, é marcado pela dificuldade de articulação entre dois grupos diferentes, embora ambos getulistas: lideranças “tradicionais e elitistas” e lideranças “getulistas de massa, de tipo populista”. Já na primeira convenção regional do PSD, em 1945, fica patente esta divisão, com a formação, no PSD, da chamada Ala Trabalhista, agregando as lideranças vinculadas ao segundo grupo (BODEA, 1992, p.18-19).

A Ala Trabalhista se envolveria fortemente com o quererismo, ampliando os atritos com a cúpula do PSD. Por fim, em 14 de setembro de 1946, funda o PTB, originando a chamada “ala sindicalista” do partido (BODEA, 1992, p. 20-21).¹³

13 De acordo com Miguel Bodea (ano, p.20-23), o PTB gaúcho forma-se a partir de três vertentes: 1) a *corrente sindicalista*; 2) a *corrente doutrinário-pragmatista* (círculo de intelectuais progressistas agrupados em torno de um pensador teórico, o advogado Alberto Pasqualini); 3) a *corrente pragmático-getulista* (“políticos

No ano de 1947, no contexto das eleições para os governos dos estados, desenvolve-se uma outra etapa do processo de afastamento entre PSD e PTB, consolidando-o: após esforços de Vargas para manter PSD e PTB unidos, apoiando um único candidato, cada um lança candidato próprio: Walter Jobim pelo PSD e Alberto Pasqualini pelo PTB. Depois de procurar manter-se apoiando a ambos, Getúlio finalmente opta por apoiar o PTB, o que ocasiona seu desligamento do PSD gaúcho, ainda em 1946.

Assim, a “desgetulização” tem início já a partir de 1945, com a transferência da Ala Trabalhista do PSD para o PTB, passa pelo desligamento de Vargas do partido em 1946, por um momento de consolidação em 1947 e se concretiza em 1950, com a formação de uma ala getulista no partido, chamada de PSDA (PSD Autonomista), que, posteriormente, irá para o PTB. O PSDA surge para apoiar a candidatura à presidência da República de Getúlio Vargas, que foi lançada pelo PTB, mas que contou com o apoio de parte do PSD. Assim, quando das eleições de 1955, o PSD gaúcho estaria completamente “desgetulizado”. Questionaremos os limites desta afirmação no próximo capítulo.

O pacto populista PSD-PTB, que teria marcado os anos 1945-1964 não se verifica, assim, para o caso do Rio Grande do Sul. Ao contrário, o que se observa é que os dois partidos polarizarão a disputa político-partidária (FLACH; CARDOSO, 2007, p.81). A década de 1950, no Rio Grande do Sul, representaria o retorno de um fenômeno característica da República Velha: o bipartidarismo.¹⁴ De um lado, o PTB, de outro o bloco anti-PTB, formado por PSD, UDN e PL, coligados na Frente Democrática (FLACH; CARDOSO, 2007, p.66).

Ainda em relação ao sistema partidário no Rio Grande do Sul, Mercedes Maria Loguércio Cánepa (2005, p.70) aponta algumas especificidades: estabilidade no comportamento eleitoral; tendência à polarização das preferências eleitorais num sistema bipartidário de fato; dominação do trabalhismo e declínio dos partidos conservadores liberais.

1.3. O ano de 1954: crise, suicídio de Getúlio Vargas e mudanças no getulismo.

profissionais” oriundos do PSD e que passaram a transferir-se, sob inspiração e orientação direta de Vargas, do PSD para o PTB; essa “migração” se completa em 1950, com a formação do PSD Autonomista, o PSDA, getulista, que vai para o PTB).

¹⁴ Os *chimangos* do PRR castilhistas e positivistas opunham aos *maragatos* do PL.

Destituído em 1945 através de um golpe, isolado em Itu durante o governo Dutra, o qual só apóia tardiamente nas eleições e ao qual passa a lançar críticas, Getúlio retorna “nos braços do povo” em 1950, com um apoio parcial do PSD, o que é motivo para ressentimentos. Após Getúlio montar um governo de conciliação, buscando cooptar a UDN e setores do PSD, a radicalização da oposição cria um ambiente de crise tal que culmina com seu suicídio, em 1954. Seguem-se manifestações populares de revolta contra os identificados como inimigos de Vargas. Neste clima se desenvolvem as campanhas e as eleições de 1954 e de 1955.¹⁵

Com a morte de Getúlio Vargas, o getulismo passa por um processo de mudança: deixa de influenciar o sistema enquanto apelo personalista e passa a influenciá-lo enquanto “herança com forte poder simbólico.” (DELGADO, 2003, p.145). Assim, a partir de 1954, os partidos passam a se relacionar com o símbolo Getúlio Vargas, enquanto marca da cultura política daqueles anos.

Neste contexto, a herança getulista se institucionaliza no PTB, marcada principalmente pela ideologia do trabalhismo, do nacionalismo e do reformismo.¹⁶ Quanto ao PSD, como veremos ao longo deste trabalho, para parte dele o getulismo seria um aliado possível, enquanto para outra, seria o inimigo inconciliável. Para o caso do Rio Grande do Sul, como vimos, desde o processo de formação do partido esta vinculação com o getulismo vinha sendo depurada. Em âmbito nacional, isto só aconteceria mais tarde, a partir do final da década de 1950 e início da de 1960.

Quando se desenha a sucessão presidencial de 1955, o PSD, a nível nacional, indica Juscelino Kubistchek como candidato. Como vice, a indicação recai sobre João Goulart, do PTB. Estas candidaturas foram lidas como um retorno do getulismo.

[JK é] visto como um “getulista” pelos udenistas e “esquerdista” pela facção mais conservadora de seu próprio partido, sua candidatura causou ainda mais polêmica ao oficializar a aliança com o PTB, anunciando João Goulart como seu candidato a vice-presidente. (...) O apoio do líder comunista João Carlos Prestes a Juscelino deu ainda mais argumentos aos conservadores. (...) A aliança PTB-PSD surgia como imbatível, sobretudo por resgatar a obra de Vargas. (FERREIRA, 2003, p.316).

Neste contexto, então, temos a manifestação dos embates entre getulismo e antigetulismo. A análise da Dissidência objeto deste estudo se coloca neste contexto. Sobre

¹⁵ Em 1954, houve eleições para governadores, senadores, deputados estaduais e deputados federais. Em 1955, para presidente e vice-presidente e para prefeito.

¹⁶ “Afinado com os valores de democracia e Estado de bem-estar social das esquerdas européias e com as idéias de libertação econômica das esquerdas latino-americanas, Goulart e seu grupo político, a partir do antigo ideal getulista, ‘reinventaram’ o trabalhismo.” (FERREIRA, 2005, p.154).

ela, vejamos o que a bibliografia existente tem a nos dizer, levando-se em consideração que ela tem sido abordada de maneira apenas tangencial.

1.3.1. A Dissidência: uma revisão bibliográfica.

O trabalho pioneiro de Lúcia M. Lippi Oliveira (1973), através da estratégia de confronto entre a literatura existente sobre o partido e a interpretação dos próprios atores políticos do PSD, dos quais foram tomados depoimentos, está interessada no papel do PSD no sistema político. De maneira geral, suas conclusões serão reafirmadas e ampliadas por Lucia Hippolito (1985), em estudo de maior fôlego.

Dita autora também está interessada em compreender o papel do PSD no sistema político, mas, neste caso, visando defender a tese de que “o PSD exerceu o papel de fiador da estabilidade política do regime” (HIPPOLITO, 1985, p.22). A articulação do sistema político do período se daria em torno do partido, colocado como o centro do sistema, atraindo para uma política moderada os extremos à direita e à esquerda. Para a autora, enquanto o PSD conseguiu exercer este papel de *centro*, o sistema partidário manteve-se moderado. Quando o PSD se fragmenta internamente e não consegue mais exercer este papel, sua instabilidade tem reflexos sobre o sistema, que se polariza e instabiliza. Assim, a autora coloca o PSD como eixo de sustentação da estabilidade do regime democrático de 1945 a 1964 e entende que a instabilidade e a polarização que caracterizam tal sistema com amplitude cada vez maior, a partir dos anos 1960, estão diretamente relacionadas com a fragmentação interna que se processa no PSD no mesmo período.

Tratando da Dissidência, Lucia Hippolito (1985, p.137) entende que ela é meramente *eleitoral*, facilmente absorvida pelo partido, diferente de dissidências *geracionais/ideológicas*, que realmente o ameaçavam e que, por isso, eram reprimidas, e que são o foco de seu trabalho. Como exemplo desta última situação, a autora explora o caso da Ala Moça do PSD, que objetivava modernizar o partido, adequá-lo à nova realidade que tomava forma na metade dos anos 1950, sintetizada em Juscelino Kubitschek e em seu programa. São os *reformistas*, referidos no título do livro, que entram em rota de colisão com as *raposas*, menção aos políticos tradicionais, que barravam o acesso dos reformistas às chefias, num comportamento caracterizado pela autora como oligarquização das chefias.

A Dissidência de 1955 é, assim, classificada *a priori* como ruptura meramente eleitoral, o que sugere que tenha sido apenas pragmática e esvaziada de conteúdo ideológico, no sentido de defesa de conjunto de idéias. Vê-se, então, que a Dissidência recebe atenção tangencial no trabalho de Lucia Hippolito, na medida em que o foco da autora é a dissidência representada pela Ala Moça. No entanto, a Dissidência de 1955 foi forte o suficiente para motivar uma intervenção nos diretórios regionais dissidentes, algo incomum dentro do PSD. O partido funcionava com bastante autonomia regional, sendo o diretório nacional apenas um aparador de arestas, equalizador de conflitos (HIPPOLITO, 1985). Geralmente, as dissidências eram absorvidas pelo partido, num processo de acomodação e conciliação. O fato de ter ocorrido uma intervenção é sinal de que esta Dissidência foi de fato preocupante para a direção nacional e que pode ter tido um caráter mais amplo do que meramente eleitoral.

Há, ainda, o estudo de Lisandre Medianeira de Oliveira (2008), que objetiva acompanhar a trajetória do PSD gaúcho, estabelecendo conexões com os posicionamentos assumidos em relação ao partido pelo jornal *Diário de Notícias*, propriedade de Assis Chateaubriand, conhecido por seu posicionamento antigetulista. Trabalhando com um recorte de tempo bastante extenso (1945-1965), a autora não se detém no exame mais particular das motivações da Dissidência, inserindo-a numa “tendência ao comportamento autonomista que marcaria o PSD gaúcho desde a década de 1950” e que teria lhe conferido o cunho de “diretório mais dissidente do país” (OLIVEIRA, 2008, p.257).

2. GETULISMO E ANTIGETULISMO: UM EMBATE QUE DIVIDE O PSD.

Neste capítulo, procuro explorar um conjunto de variáveis construídas a partir da documentação pesquisada. Trata-se de aspectos que se destacaram na leitura das fontes e que pretendo ordenar de maneira que permitam responder aos problemas propostos para este trabalho. São elas: 1) a relação que a Dissidência tem com os embates em torno de getulismo e antigetulismo dentro do PSD; 2) a forma como a Dissidência traz à tona noções como traição e vingança, e como reflete as questões vinculadas à fidelidade partidária; 3) a justificativa da Dissidência como um movimento de “verdadeiros pessedistas”, em relação a outros, “falsos”, que apenas estariam motivados por interesses pessoais; e, finalmente, 4) a Dissidência como sintoma da divisão interna no PSD em geral e também no PSD gaúcho.

Neste capítulo, ainda, desenho um panorama da Dissidência. Trato desde os primeiros momentos, em 1954, com a negativa de aprovar o nome de Juscelino Kubistchek na Convenção Nacional do partido destinada a homologar o nome do candidato do PSD à sucessão, até o ano de 1958, onde Walter Peracchi Barcelos, o líder da Dissidência, é lançado como candidato à sucessão estadual no Rio Grande do Sul, mostrando que, apesar da intervenção ocorrida no estado, o grupo dissidente saiu relativamente fortalecido do processo.

Faço, também, a reconstituição dos principais aspectos da campanha presidencial de 1955, destacando as questões que estavam em pauta naquele momento, vinculadas principalmente ao suicídio de Getúlio Vargas e à noção de se viver um momento de “crise”. Neste percurso, acompanho a recusa por parte da Dissidência gaúcha às candidaturas de Juscelino e de Jango, procurando identificar as motivações e refletir sobre a relação deste processo com o contexto político-partidário gaúcho, ambas as questões propostas como objetivos desta pesquisa.

2.1. Walter Peracchi Barcellos e a Dissidência Gaúcha.

Walter Peracchi Barcellos liderou a Dissidência que aqui nos interessa. Portanto, cabem aqui algumas palavras sobre sua trajetória.¹⁷ Peracchi era gaúcho de Porto Alegre,

¹⁷ As informações a seguir se baseiam em consulta ao Verbete Biográfico “Valter Peracchi Barcelos”, no site do CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 11/11/2011.

nascido a 14 de maio de 1907. Trabalhou no comércio e na indústria antes de, aos 15 anos, sentar praça na Brigada Militar, onde fez carreira. Era 1º tenente em 1932, quando ocorre a Revolução Constitucionalista em São Paulo, participando, então, ao lado dos insurgentes. Por esse motivo, foi afastado da atividade militar, com reforma, de 1934 a 1937, período em que voltou a trabalhar no comércio.

Em 1937, com o Estado Novo, Getúlio nomeia o general Daltro Filho para a interventoria do estado do Rio Grande do Sul. Falecido, no entanto, em 1938, foi ele substituído pelo coronel Osvaldo Cordeiro de Farias. Peracchi, que tinha sido ajudante-de-ordens de Cordeiro, assume a chefia do Gabinete Militar do interventor, em 1938, retornando, assim, à carreira militar. Ainda em 1938, é promovido a capitão e, em 1940, a major. Em 1943, quando Cordeiro de Farias foi substituído pelo tenente-coronel Ernesto Dornelles no governo gaúcho, Peracchi passou a tenente-coronel, tendo permanecido à frente do Gabinete Militar até o final do Estado Novo, em 1945.

Em 1949, durante o governo de Válter Jobim, foi promovido ao posto de coronel, assumindo em seguida o comando geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, permanecendo no cargo até janeiro de 1951.

Com a redemocratização, em 1945, Peracchi filia-se ao PSD. É provável que o tenha feito por ser este o caminho seguido pelos políticos vinculados à burocracia do Estado Novo, como era o seu caso. É interessante notar que, apesar de ter-se insurgido contra Vargas em 1932, Peracchi é convidado e aceita ocupar postos dentro da estrutura do Estado Novo.

Em 1950, elege-se deputado estadual, assumindo, naquela legislatura, o posto de líder da bancada pessedista na Assembléia. Em 1954, reelege-se deputado estadual, licenciando-se por algum tempo para assumir o cargo de Secretário de Interior e Justiça do governador Ildo Meneghetti, que tinha sido eleito pela Frente Democrática (coligação de PSD, UDN e PL), a qual teve em Peracchi um de seus principais articuladores (BODEA, 1992, p.97). É neste contexto – 1954/1955 – que se dá a formação da Dissidência, tendo ela em Peracchi seu principal articulador, enquanto presidente do Diretório Regional do PSD.

Em 1958, Peracchi candidata-se às eleições para Governador do Estado do Rio Grande do Sul pela Frente Democrática sendo derrotado por Leonel Brizola (PTB, PRP e PSP). Em 1962, elege-se deputado federal, desempenhando o papel de líder da bancada do PSD gaúcho na Câmara e vice-líder da bancada nacional do partido a partir de julho de 1963. Participa das articulações para o golpe civil-militar de março de 1964. Foi seu o discurso de saudação às Forças Armadas na homenagem que o Congresso lhes prestou na ocasião, assim como a fala nas comemorações do primeiro aniversário daquele movimento.

De dezembro de 1965 a julho de 1966, desempenha o cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social, durante o governo do Marechal Castello Branco. Em abril de 1966, quando criada a Arena, Peracchi a ela filia-se. No mesmo ano, é eleito indiretamente para governador do Rio Grande do Sul, tendo exercido o mandato de janeiro de 1967 a março de 1971. Faleceu em Porto Alegre, em 1986.

2.2. As eleições presidenciais de 1955 e a formação da Dissidência.

Abertas as negociações em torno das candidaturas ao pleito de 1955, ainda durante o ano de 1954, em meio às tensões provocadas pelo suicídio de Vargas, algumas vozes se colocam contra as eleições e a favor da intervenção dos militares. A grande imprensa do Rio e de São Paulo, quase toda antigetulista, procurava convencer a opinião pública de que o país atravessava uma situação de extrema gravidade, que só tenderia a aumentar com a luta eleitoral. Civis e militares passam a propor um candidato de “união nacional”, escolhido em acordo entre os partidos.

Em dezembro de 1954, autoridades militares entregam a Café Filho um documento em que apelavam para o lançamento de um candidato único, fruto de uma coalizão interpartidária. Não era a primeira vez que se tentava esta tese. Em 1950, ela também tinha aparecido.

Para Maria Celina D’Araujo (1992, p.43), esta busca “obsessiva” de consenso interpartidário se dava “em detrimento da autonomia e da independência dos partidos enquanto canais de expressão da diversidade política.” Além disso, a “união nacional” acabava mostrando-se sempre inviável, na medida em que cada partido veta individualmente qualquer proposta de “união” que não fosse a sua.

Juscelino, disposto a candidatar-se, refuta esta tese, considerando-a tentativa de impedir sua candidatura, que enfim é oficializada, em 10 de fevereiro de 1955, na convenção nacional do PSD. Naquele dia, Juscelino recebeu 1.646 dos 1.925 votos dos convencionais. No entanto, os diretórios de Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, juntamente com 160 convencionais da Bahia e 26 do Distrito Federal, recusaram-se a aprovar essa candidatura, lançando quatro nomes alternativos: Etelvino Lins, Nereu Ramos, Carlos Luz e Lucas Lopes.

Em abril, vem a público a aliança firmada entre PSD e PTB, com a indicação de João Goulart para disputar a vice-presidência. O fato aumentou as desconfianças de udenistas, pessedistas dissidentes e militares de que se formava uma frente “getulista” para as eleições.¹⁸ Goulart era considerado o herdeiro político de Vargas.

O diretório catarinense, depois de receber no dia 24 de junho um ultimato da direção nacional do partido, acabou por aceitar a chapa JK-Jango. Os diretórios gaúcho e pernambucano, entretanto, continuaram dissidentes.

Quanto ao PSD gaúcho, o grupo que detinha o controle da máquina partidária, liderado por Peracchi, mantém a posição dissidente até o final do governo JK-Jango. Porém, é importante notar que esta posição não é unívoca dentro do partido. Ainda em inícios de 1954, com as articulações para as candidaturas, o PSD gaúcho dividiu-se: o grupo liderado por Peracchi, contrário à candidatura de Juscelino, articula o lançamento da candidatura Etelvino Lins e, com a frustração desta, apóia em definitivo a chapa Juarez Távora-Milton Campos.¹⁹ Mas há outro grupo, os “juscelinistas”, que apoiavam a candidatura JK. Houve tentativas de acordo entre os grupos que, no entanto, não lograram êxito (OLIVEIRA, 2008, p.233).

Frente à posição dos diretórios do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, o PSD nacional decretou, em 15 de julho, intervenção, com base no Artigo 10 de seus estatutos, o qual previa, com vistas à manutenção da disciplina partidária, a tomada de medidas intervencionistas. (OLIVEIRA, 2008, p.234). Foi, assim, formada uma comissão, que tinha por objetivo reestruturar o PSD gaúcho.

Peracchi, no entanto, manifestou postura de combate à intervenção, conseguindo manter-se como vice-presidente em exercício. Investigando meios de resistir, acabou descobrindo que o Diretório Nacional do PSD não possuía registro oficial e que, portanto, a intervenção no Diretório Regional poderia ser considerada sem efeito. Peracchi busca, então, na justiça, a anulação da dissolução, o que de fato consegue, por decisão do Tribunal Regional Eleitoral gaúcho. No entanto, em seguida, o Tribunal Superior Eleitoral anula esta decisão, retornando a situação ao seu ponto anterior (OLIVEIRA, 2008, p.234-235).

¹⁸ Informação retirada de consulta ao Verbete Temático “Partido Social Democrático (PSD-1945-1964)”, no site do CPDOC. Disponível em < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 11/11/2011.

¹⁹ Juarez Távora, após aceitar e renunciar à candidatura algumas vezes, declarou por fim aceitá-la por estar receoso de que a chapa Juscelino-Goulart pudesse vir a detonar uma crise político-militar. Informação retirada de consulta ao Verbete Temático “Valter Peracchi Barcelos”, no site do CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 11/11/2011.

Há um detalhe, no entanto: como o processo até a anulação da decisão do TRE demorou dez dias para transcorrer, o grupo dissidente, que estava na direção conseguiu, através de uma liminar, registrar os seus candidatos, impedindo que o grupo “juscelinista” o fizesse. Estes, por sua vez, colocaram em prática uma estratégia diferenciada: liderado por Marcial Terra, com participação de Jerônimo Mércio Teixeira, Oscar da Fontoura e Nestor Jost, o grupo percorreu diversas regiões do estado articulando líderes de diretórios municipais a fim de fortalecer a candidatura de Juscelino à presidência da República (OLIVEIRA, 2008, p.235).

Por fim, quatro chapas foram lançadas: Juscelino Kubitschek-João Goulart, apoiados pelo PSD, PTB, PR, PTN, PST e pelo Partido Republicano Trabalhista (PRT); Juarez Távora-Milton Campos, apoiados pela UDN, por dissidentes do PSD, pelo PDC, pelo PSB e pelo PL; Ademar de Barros-Danton Coelho, apoiados pelo PSP e por dissidentes do PTB, e Plínio Salgado, pelo PRP.

A campanha transcorreu em clima tenso. No dia 11 de agosto, o Partido Comunista do Brasil vem a público apoiar a chapa Kubitschek-Goulart, devido ao compromisso que ambos os candidatos tinham assumido de “lutar contra o golpe em defesa da Constituição e das liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida do povo”.²⁰ O documento agitou os meios militares, apesar de Juscelino negar ter entrado em entendimento com os comunistas.

Em meados de setembro, novo episódio: a Carta Brandi. Carlos Lacerda apresentou uma carta, supostamente enviada para Jango, escrita pelo deputado argentino Antonio Jesus Brandi, onde este relatava os entendimentos secretos que Goulart teria mantido com Perón para a implantação no Brasil de uma república sindicalista. Haveria, ainda, contrabando de armas argentinas para o país. Instaurado um inquérito policial militar (IPM), a investigação declarou que a carta havia sido forjada.

Em 3 de outubro, finalmente, realizaram-se as eleições: Kubitschek obteve 3.077.411 votos (correspondentes a 36% do total), Juarez Távora 2.610.462 (30%), Ademar de Barros 2.222.725 (26%) e Plínio Salgado, com 714.379 votos (8% do total). Conquistando a vice-presidência, Goulart alcançou quase três milhões e seiscentos mil sufrágios, registrando uma

²⁰ Informação retirada de consulta ao Verbete Biográfico “Juscelino Kubitschek”, no site no CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 11/11/2011.

diferença superior a duzentos mil votos sobre Milton Campos. Danton Coelho obteve apenas um milhão e 140 mil votos.

2.2.1. A Dissidência após a vitória de Juscelino e de Jango.

Mas a vitória de Juscelino e de Jango não encerrou o episódio da Dissidência na seção do Rio Grande do Sul. Os dissidentes continuaram sustentando uma linha de independência em relação ao governo federal, ao contrário do partido em nível nacional, que prestava seu apoio ao presidente e ao vice eleitos (OLIVEIRA, 2008, p.235). Devido a essa postura dos dissidentes, o processo de intervenção na seção gaúcha continuou.

No Rio Grande do Sul, a comissão formada para reestruturar o Diretório Regional encontrava grandes dificuldades para realizar seu intento. Não conseguindo fazê-lo no prazo que havia sido determinado (180 dias), acaba se dissolvendo, sendo designado um novo grupo para reorganizar o partido no estado. (OLIVEIRA, 2008, p.237). A nova comissão propunha ser “Mediadora”, em substituição à anterior, “Reestruturadora”. A intenção é que se assumisse uma proposta mais conciliatória, visto que a primeira comissão, a “Reestruturadora”, contava com a aversão dos dissidentes, sendo, talvez, por aí justificado seu fracasso.

Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul naquele momento em que estava atuando essa segunda comissão, concorda em fazer um acordo para “pacificar” o PSD gaúcho. Desta forma, por demonstrar possibilidades de negociação, Ildo assume o cargo de presidente do diretório gaúcho do PSD, em fins de 1957, encerrando-se, assim, a intervenção.

Apesar de encerrar-se a intervenção, pode-se dizer que a dissidência saiu deste processo fortalecida, na medida em que Meneguetti, embora dispondo-se à conciliação, era vinculado ao grupo dissidente e, este, portanto, permanecia na direção. Parece atestar este fortalecimento o fato de que Peracchi é que foi o candidato escolhido pelo partido à disputa eleitoral para governador do estado, em 1958, comprovando sua força e de seu grupo dentro do PSD gaúcho. Centrando sua campanha na proposta de continuidade com o governo Ildo Meneghetti e nos ataques ao PTB, Peracchi, no entanto, não consegue vencer Leonel Brizola.

Após termos lançado um olhar panorâmico sobre a Dissidência, podemos, agora, avançar quanto às motivações que a originaram.

2.3. A Dissidência e os embates entre getulismo e antigetulismo.

Acredito que, a Dissidência pode ser relacionada aos embates em torno de getulismo e antigetulismo dentro do PSD, na medida em que, para parte do partido, o getulismo era um aliado possível, enquanto que, para outra, era um inimigo inconciliável. Para Walter Peracchi Barcelos e o grupo por ele liderado – os dissidentes –, o getulismo era inaceitável, enquanto que para Juscelino Kubistchek e para Amaral Peixoto, por exemplo, era um aliado possível e até desejável. Conforme Maria Celina D’Araujo (1992, p.54), “para segmentos predominantes do PSD, o getulismo não chegava a ser um inimigo, mas um aliado sempre possível”.

Com o suicídio de Vargas, o getulismo passa por mudanças, que, embora complementares, podem ser pensadas a partir de dois aspectos: 1) passa a operar fundamentalmente enquanto apelo simbólico e 2) é incorporado pelo sistema partidário, ou seja, pelos partidos políticos.

Enquanto símbolo, o getulismo passava a vincular-se fundamentalmente à faceta nacionalista, trabalhista e de incorporação das massas de Getúlio Vargas, aliada ao caráter de heroicidade que reveste seu último gesto. A simbologia ligada ao Getúlio Vargas ditador parece se esvaír. Para isso contribui a forma como se deu o desaparecimento de Getúlio do cenário nacional: seu suicídio.

A morte tem um papel importante na construção da idéia de um legado, na medida em que ela é, ao mesmo tempo, fim de um percurso e condição de consolidação de uma finalidade, um sentido, para esse percurso. Com a morte, especialmente a morte heróica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada pelas vicissitudes conjunturais, pelas disputas que caracterizam o tempo da política, àquela marcada pela noção de continuidade, de superação da própria morte, que caracteriza o tempo histórico. O suicídio de Getúlio é emblemático do ponto de vista de uma morte a qual associou-se o atributo da heroicidade, já que a interpretação do gesto aproximou-o do sacrifício pessoal perpetrado para solucionar a crise que assolava o país. (HEYMANN, 2004, p.3-4).

Lembrando a sugestão de Mercedes Maria Loguércio Cánepa (2005), ao dizer que “Vargas afinal simbolizava, ou poderia simbolizar, coisas distintas e, portanto, seria sempre preciso identificar qual delas realmente estava em jogo em diferentes circunstâncias (CANÉPA, 2005: 120)”, busca-se aqui precisar qual simbologia referente a Getúlio Vargas o grupo dissidente do PSD recusa fundamentalmente. Levando-se em consideração os acontecimentos pontuados para a campanha de 1954 – onde se elegeram governadores de

estados, e que é imediatamente anterior às eleições presidenciais de 1955 – podemos pensar na recusa ao aspecto da incorporação das massas.²¹

A disputa no Rio Grande do Sul, em 1954, está polarizada entre Ildo Meneghetti (Frente Democrática: PSD-UDN-PL) e Alberto Pasqualini (PTB). O suicídio acontece num momento em que as candidaturas já estavam colocadas e já se faziam as campanhas. Quando de sua ocorrência, obriga os contendores à definição de posições a respeito de Getúlio Vargas. O PTB assume totalmente a herança getulista. O PSD levanta, em contraposição, a bandeira da ordem contra o estado de “crise” e “confusão” que, para aquele grupo, caracterizaria o governo do PTB, na pessoa de Getúlio.

Evocando as manifestações populares ocorridas quando do suicídio, onde populares foram às ruas, atacando símbolos identificados por eles como antigetulistas, os candidatos da Frente Democrática, que também tiveram sua sede atingida pelos populares, mobilizaram um discurso de ordem. Peracchi, ainda, enquanto líder do PSD na Assembléia, encaminha pedido de abertura de CPI para investigar as “omissões” de Ernesto Dornelles (governador do Estado na ocasião), acusado de ser complacente na contenção dos manifestantes que foram às ruas após o suicídio de Getúlio Vargas. Em discurso de campanha, Peracchi expressa sua visão dos acontecimentos da seguinte forma:

Os acontecimentos do dia 24 de agosto são um indício do que seria a continuidade do PTB no governo: ameaças e depredações contra a propriedade privada, contra a ordem e a tranquilidade da família rio-grandense (BODEA, 1992, p.121).

Nestas palavras também podemos entrever uma manifestação de anticomunismo, quando se refere ao perigo em que estaria a propriedade privada. Isto de fato se aplica para aquele contexto, pois o PCB, após o suicídio de Vargas, presta seu apoio ao PTB. Para aquele grupo de pessoas ligadas ao PSD gaúcho, PTB e PCB eram ambos ameaças: “à propriedade privada, à ordem e à família”. Nas palavras do candidato da Frente Democrática, Ildo Meneghetti:

os atuais integrantes do partido governista [PTB], indiferentes às conseqüências e resultados, embrenharam-se pelo incentivo à luta de classes, contrariando nossas tendências de harmonização, fraternidade, solidarismo. (...). Diante desse panorama sombrio, urge proclamarmos, em praça pública, antes de mais nada, que é nosso dever preservarmos nossa pátria tanto dos riscos de uma dominação econômica, quanto da onda bárbara da escravização

²¹ Em 1954 também foram eleitos senadores, deputados estaduais e deputados federais. Em 1955, também foram eleitos prefeitos.

política, representada pela destruição espiritual que emerge da lareira rubra. (CANEPA, 2005, p.186)

Para Jorge Ferreira (2005, p.166), na cultura conservadora, a “multidão” representa iminência de perigo para as instituições, “representa a inversão de valores, o perigo de desordem, o descontrole social”. Assim, podemos pensar que a multidão que foi às ruas manifestar sua revolta contra os símbolos identificados como antigetulistas representava, para o grupo de indivíduos que formaria a Dissidência, o perigo de descontrole social. Para eles, tanto o PTB quanto o PCB representavam esta ameaça, com a diferença de que o PTB era tido como o representante por excelência do getulismo. “Incentivando a luta de classes”, o PTB incentivava a manifestação da multidão, aquelas pessoas que tinham sido incorporadas à vida política do país através do getulismo.

Ângela de Castro Gomes (2007, p. 47-48) destaca que a constituição do conceito de cultura política incorpora sempre uma leitura do passado. Assim, pode-se observar que os dissidentes, que ocupam as posições de comando no PSD gaúcho, formam a respeito de Getúlio Vargas, retrospectivamente, uma visão negativa. Eram ele e o partido ao qual estava vinculado – o PTB – os responsáveis pela “crise que assola o país”, pelo “mar de lama”. Em 1955, a documentação consultada repercute ainda a possibilidade de retorno ao “mar de lama”, à “crise”, agora com a vitória da chapa JK-Jango. Esta lógica é perceptível em cartas recebidas por Peracchi, encontradas no seu acervo, como os trechos que seguem:

“Outra coisa não querem senão ressuscitar a situação vergonhosa e achincalhante deposta em 24 de agosto”²²

“É preciso que o Sr. Amaral Peixoto saiba que não somos párias para traírmos a nossa consciência e nos comunicarmos com aqueles que transformaram o Catete num mar de lama”²³

Assim, pode-se concluir que o grupo dissidente formulou uma leitura da candidatura de Juscelino e de Jango que a vinculava ao getulismo, representado de maneira negativa.

Pensando no aspecto da incorporação do getulismo pelo sistema partidário e, portanto, pelos partidos, pode-se concluir que o getulismo foi capitalizado fundamentalmente pelo PTB, vinculando-o às questões do nacionalismo, do reformismo e do trabalhismo. Quanto ao PSD, parte dele aceitava esta vinculação, expressando-a através de acordo com o PTB, enquanto, para outra, isto se tornava inaceitável, caso dos dissidentes gaúchos, para quem o PTB era um

²² AHRs. APWPB.9.9.1-090-15.5 - Correspondência de Ito Brener, vereador em Três Passos e Lindolfo Pedro, vereador em Crissiumal para Walter Peracchi Barcelos, em 30/07/1955.

²³ AHRs. APWPB.9.9.1-085-15.5 - Correspondência do Diretório Municipal do PSD de Catuípe para Walter Peracchi Barcelos, em 21/07/1955.

inimigo inconciliável. Por este caminho se encontram as explicações para a recusa à candidatura de Jango, que, além de pertencer ao PTB, era apontado como o herdeiro do carisma de Vargas.

Além disso, pensando na relação entre a Dissidência e o contexto político-partidário gaúcho, que também é objetivo desta pesquisa, nota-se a percepção, por parte dos dissidentes, de que é preciso dar combate ao PTB no âmbito gaúcho, onde o partido cresce a cada pleito e ocupa o lugar de principal adversário do PSD. Com Jango alcançando a vitória, o PTB sairia favorecido nesta disputa. O excerto abaixo, escrito em maio de 1956 por Protásio Vargas, importante figura dentro do PSD gaúcho, trata da chapa JK-Jango e do conseqüente acordo entre PTB e PSD, alertando para as conseqüências que sua consolidação traria para o PSD gaúcho:

o Amaral e companhia, concorrendo 80% para emprestar o PSD, através do Juscelino, (...). Visam como conseqüência o prosseguimento da campanha de aniquilamento do PSD, abocanhado pelo PTB. (...) Amaral hoje estará vendo que seria o coveiro do partido que preside se, além de tel-o comprometido em uma aliança ruinosa, defendida por ele tenazmente, sem um motivo legítimo, ainda persistisse em jogar-lhe a pá de cal do estilo, no momento em que se estará convencendo que ideas não são metaes que se fundem, como dizia Gaspar Martins. Getúlio poderia aspirar uma fusão em que fosse ele o cadinho, dados seu prestígio, suas qualidades pessoais e seus processos especiaes, porem, qualquer outro cahiria no ridículo. Esses nossos companheiros não se teriam ainda convencido que, principalmente, o Rio Grande está sofrendo em sua própria carne as conseqüências do convencionado nessa aliança? Não estarão convencidos que Jango-Brizola mandam no setor federal, de acordo com o que foi ajustado? ²⁴

Além da interpretação de que, com a vitória de Jango, o PTB gaúcho seria fortalecido, em detrimento do PSD, nota-se nestas palavras, ditas pelo irmão de Getúlio, a idéia de que a união PSD-PTB não poderia ser levada a cabo, pois eram estes muito diferentes (“ideas não são metaes que se fundem”). Além disso, apenas Getúlio teria legitimidade para fazer esta união.

É importante notar que a Dissidência não se funda apenas numa recusa a Jango e ao PTB. Há também, e primeiramente, uma recusa a Juscelino Kubistchek, para a qual há motivações específicas. Até mesmo ao se observar a cronologia dos acontecimentos se verá que não há como explicar a recusa à chapa JK-Jango apenas através da aversão ao último. A candidatura JK foi lançada antes e a recusa a ela foi manifestada de imediato, antes de se conhecer o acordo com Jango.

²⁴ AHRS. APWPB.9.9.1-255A-15A.5 – Correspondência de Protásio Vargas para Walter Peracchi Barcelos, em 07/05/1956.

2.4. Traição e vingança: Juscelino Kubistchek, Ernani do Amaral Peixoto e as questões referentes à fidelidade partidária.

A recusa a Juscelino vincula-se a ressentimentos gerados por atitudes assumidas por ele alguns anos antes. Este também é o caso de Ernani do Amaral Peixoto, presidente do Diretório Nacional durante a ocorrência da Dissidência e que tem um papel importante dentro do PSD. Para entender estes ressentimentos é necessário voltar às eleições presidenciais de 1950. Também é importante conhecermos um pouco melhor estes dois personagens.

Ernani do Amaral Peixoto era carioca, nascido em 1905.²⁵ Fez seus estudos na Escola Naval do Rio de Janeiro. Participou das articulações que levaram à Revolução de 1930 e, em 1932, durante a Revolução Constitucionalista, estava ao lado das forças legalistas. Em 1933, foi nomeado para o cargo de ajudante-de-ordens de Getúlio Vargas. Com o Estado Novo, em 1937, é nomeado interventor no Rio de Janeiro. Em 1939, casa-se com Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas.

Em março de 1945, Amaral Peixoto participa da criação do PSD, juntamente a outros interventores. No mesmo ano, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em 1950, elegeu-se governador do mesmo estado. Nos momentos derradeiros da crise de agosto de 1954, Amaral Peixoto, junto à esposa, Alzira, estava presente à última reunião convocada por Getúlio, antes de este cometer suicídio.

Amaral Peixoto foi presidente do Diretório Nacional do PSD por longos anos, de 1952 a 1965, sendo uma força importantíssima dentro do partido, tanto no estado do Rio quanto em âmbito nacional. Ocupava a direção do PSD nacional quando aconteceu a Dissidência gaúcha.

Nos anos seguintes, foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos e desempenhou mandatos ministeriais, inclusive durante o governo de Juscelino. Durante a ditadura, foi para o MDB e, depois, para o PDS, exercendo mandados de deputado federal e de senador. Faleceu em 1989.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, por sua vez, era mineiro de Diamantina, nascido em 1902.²⁶ Estudou em um seminário diocesano e, depois, cursou a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, trabalhando durante o curso como telegrafista, para garantir seu sustento.

²⁵ Informações retiradas de consulta ao Verbete Biográfico “Ernani do Amaral Peixoto”, no site do CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 11/11/2011.

²⁶ Informações retiradas de consulta ao Verbete Biográfico “Juscelino Kubistchek”, no site do CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 11/11/2011.

Juscelino apoiou o movimento da Aliança Liberal, que lançou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa à sucessão presidencial disputada em março de 1930. Em 1931, foi nomeado para integrar o corpo de médicos do Hospital Militar da Força Pública do estado de Minas, embarcando, como tal, junto com o 1º Batalhão da Força Pública, para combater os insurgentes na Revolução Constitucionalista de 1932.

Em 1935, elege-se deputado federal por Minas, cargo que desempenha apenas até 1937, em função da decretação do Estado Novo. Retorna, então, à medicina, a qual tinha abandonado. Em 1940, assume o posto de prefeito de Belo Horizonte, conciliando as atividades com a medicina, a qual só abandonaria em definitivo no início de 1945, quando passou a dedicar-se exclusivamente à vida política.

Participou dos trabalhos de criação do Partido Social Democrático (PSD). Retornou à Câmara em 1946, para ficar até 1950, quando se elege governador de Minas. As articulações que o levam a alcançar o mandato têm peso importante para o entendimento de sua rejeição por parte do PSD gaúcho, quatro anos depois.

Juscelino, candidato à governança de seu estado em 1950, entende que, para conseguir eger-se, era importante obter o apoio de Vargas. Para tanto, procura o candidato à presidência pelo PTB e este se declara disposto a apoiá-lo. Segundo suas memórias, no entanto, Juscelino teria aberto mão deste apoio, em função de sua posição em relação ao PSD, que o comprometia com a candidatura Cristiano Machado, candidato que disputava com Vargas a presidência da República. Juscelino apenas pediu que Vargas desse liberdade de voto aos trabalhistas mineiros, no que Vargas o teria atendido.²⁷

O que parece é que houve um acordo entre os dois: Getúlio, concorrendo à presidência, contaria com o apoio de Juscelino em Minas Gerais; este, por sua vez, receberia o apoio dos trabalhistas e getulistas mineiros à sua candidatura à governança estadual. Após o pleito, saindo ambos vitoriosos, Juscelino presta seu apoio ao governo de Getúlio. Tais atitudes fariam com que ocorresse uma identificação de Kubistchek com Vargas, por parte tanto dos setores getulistas quanto dos antigetulistas. Assim, quando, quatro anos depois, Juscelino se lança à candidatura presidencial, os antigetulistas vêem nele o sucessor do getulismo, e combatem-no como tal. Um exemplo disso aparece em telegrama recebido por Peracchi do Diretório Municipal do PSD de São Jerônimo:

27 “Os líderes do PSD mineiro fizeram um compromisso com Getúlio, o que garantiu-lhe a vitória neste estado, por pequena margem a mais que Cristiano, e pequena margem a menos que o Brigadeiro.” (OLIVEIRA, 1979, p. 4).

“repelindo candidaturas inspiradas sentimentos subalternos cuja origem permitem admitir volta situação erros descalabros tanto combatemos.”²⁸

Há, ainda, outros acontecimentos importantes a serem pontuados quanto ao pleito de 1950. O citado Cristiano Machado tinha sido escolhido como candidato do PSD após conturbado processo em que passou-se pela tese de um candidato de “união nacional” e pela tentativa de união entre PSD e PTB. Dentro do PSD, no entanto, as dificuldades foram enormes, pois o partido estava dividido entre a influência de Getúlio Vargas, por um lado, e a de Eurico Dutra, então Presidente da República, por outro, ocorrendo um enfrentamento, uma divisão entre estas duas facções dentro do partido: os getulistas e os dutristas. Dutra findava seu mandato presidencial naquele ano e, como tal, exercia influência sobre o processo de escolha do candidato do partido à sucessão. Em torno de Getúlio, por outro lado, é que havia se formado o partido e, naquele momento, para parte dele, ainda havia possibilidades de acordo entre PSD e PTB. As divisões entre essas duas facções dentro do PSD somente se acentuariam com o passar do tempo, levando a uma divisão dentro do partido.

Após o fracasso em conciliar um candidato que tivesse o apoio tanto de Dutra quanto de Getúlio, com este lançado pelo PTB, o PSD decide-se por Cristiano Machado, político mineiro que tinha pouca expressão fora do estado. No entanto, Juscelino, com vistas ao apoio de Getúlio à sua candidatura estadual, presta seu apoio a Getúlio Vargas. Amaral Peixoto, por sua vez, enquanto articulador do partido junto ao Diretório Nacional, também apóia Getúlio ao invés de Cristiano Machado. Este, abandonado por parte do próprio partido, perde as eleições, num processo que ficou conhecido como “cristianização”. O PSD gaúcho, no entanto, não cristianizara Cristiano Machado e teve reforçado seu sentimento antigetulista com esse episódio.

Pode-se concluir que, ao contrário do que ocorreu em nível nacional, o PSD gaúcho não “cristianizara” Cristiano Machado, votando disciplinadamente no seu candidato presidencial. No máximo, apenas 2% dos eleitores gaúchos poderiam ter votado do PSD e em Getúlio. Conclui-se que em 1950, o PSD gaúcho já estava plenamente “desgetulizado”, ao contrário do que ocorria em nível nacional. (BODEA, 1992; p.87-88).

Esta atitude não seria esquecida por parte do PSD gaúcho. Dividido entre getulistas e dutristas (ortodoxos), o partido, no estado, chegou a lançar dois candidatos diferentes à sucessão estadual, que ocorreria concomitantemente à presidencial. Isto porque houve a

²⁸AHRS. APWPB.9.9.1-020-14.5 - Correspondência do Diretório Municipal do PSD de São Jerônimo para Walter Peracchi Barcelos. Sem data.

formação de um bloco dissidente no partido. Parte dele prestou apoio à candidatura de Getúlio Vargas, recusando-se a referendar o nome de Cristiano Machado. Assim, formou-se o PSDA (PSD Autonomista), que reunia os getulistas do PSD gaúcho e que seria, segundo Miguel Bodea (1992), a culminação do processo de “desgetulização” do PSD gaúcho. No entanto, se pensarmos que, em 1955, surge ali um grupo que apoiava a candidatura de Juscelino, pode-se concluir que ainda havia, para parte do grupo gaúcho, a possibilidade de apoiar candidatos ligados ao getulismo.

Agindo de maneira a ignorar a fidelidade partidária com vistas a garantir a vitória eleitoral, “traíndo”, assim, o próprio partido, Juscelino e Amaral eram acusados, pelos dissidentes, de defenderem apenas interesses pessoais, como se vê nos trechos selecionados de correspondências enviadas a Peracchi:

“aqueles que esquecem os verdadeiros sentimentos partidários para defender os seus interesses próprios”²⁹

“quem deveria ser dissidente era Amaral Peixoto e Juscelino, pois nossa campanha do saudoso Cristiano Machado eles foram contra o partido. Agora querem obrigar homens de vergonha e dignidade submeter-se a seus caprichos”³⁰

“Se, nesta hora, o PSD do Rio Grande está em divergência com a direção nacional, não nos encontramos diante de fato novo. Pode dizer-se que persiste uma situação criada em 1950, a partir do momento em que o ilustre comandante Amaral Peixoto, consoante ele mesmo confessou em entrevista publicada, há poucos dias, no Correio do Povo, abandonou a candidatura Cristiano Machado, para filiar-se ao genrismo. Enquanto S. Excia. condicionava as suas convicções partidárias a interesses de família, comportando-se como genro obediente e, ao mesmo tempo, político indisciplinado, o Sr. Juscelino Kubistchek conseguia eleger-se governador de Minas Gerais, com o imprescindível concurso do eminente snr. Getúlio Vargas. O PSD mineiro, em troca dos votos do PTB, deixava o candidato do partido a presidente da república entregue à própria sorte.”³¹

Os interesses pessoais estariam vinculados, no caso de Juscelino, ao desejo de ver vitoriosa sua candidatura ao governo do estado de Minas Gerais, entendendo ser importante, para isso, contar com o apoio de Getúlio e do PTB. No caso de Amaral Peixoto, parecem ser os que o ligavam a Getúlio enquanto membros da mesma família (Amaral era casado com a filha de Getúlio). Para Maria Celina D’Araújo (1992, p.71), a “cristianização” era questão de “sobrevivência política”. Se não agissem dessa forma, amargariam “derrotas eleitorais provavelmente fatais”.

²⁹ AHRS. APWPB.9.9.1-085-15.5 – Correspondência do Diretório Municipal do PSD de Montenegro para Walter Peracchi Barcelos, em 21/07/1955

³⁰ AHRS. APWPB.9.9.1-086-15.5 – Correspondência do Diretório Municipal do PSD de Palmeira das Missões para Walter Peracchi Barcelos, em 25/07/1955.

³¹ AHRS. APWPB.9.9.1-087A-15.5 – Correspondência de Nicanor da Luz para Walter Peracchi Barcelos, em 25/07/1955.

Está presente, também, uma concepção de “vingança”. Os dissidentes entendiam que Amaral Peixoto não lhes perdoava o fato de não terem aderido a Getúlio também. É fato que, além de manterem o apoio ao candidato oficial do partido durante as eleições, Cristiano Machado, o PSD gaúcho colocou-se como oposição ao governo de Getúlio, após a vitória deste. Assim, a intervenção no diretório gaúcho é caracterizada como um ato de “vingança”, conforme se pode apreender na carta circular enviada por Peracchi aos Diretórios Municipais do PSD:

Desde que, fiéis aos motivos que nos levaram a apoiar a candidatura Cristiano Machado, recusamo-nos a avolumar a adesão massiça que o Sr. Amaral Peixoto pretendia levar ao governo do presidente Getúlio Vargas, o PSD riograndense ficou, automaticamente, marcado para a vingança.³²

Frente às atitudes de Juscelino e de Amaral Peixoto em 1950, agindo contra os preceitos de fidelidade partidária, os dissidentes entendiam que ambos não tinham meios de cobrar esta fidelidade do PSD gaúcho em 1955. Esta lógica se mostra presente na correspondência do Diretório Municipal do PSD de Sarandi para Peracchi:

Os pessedistas sarandienses (...), jamais concordarão em receber lições de fidelidade política daqueles que no passado traíram o nome impoluto de Christiano Machado e que no presente, na realização de suas inconfessáveis e personalíssimas ambições, não titubeiam em unir-se ao adversário da véspera na mais espúria das alianças.³³

Também expressam esta leitura dos acontecimentos os membros do Diretório Municipal do PSD de Vacaria:

“o PSD de Vacaria não pode receber lições de moral política e de disciplina partidária de quem, presidindo a Convenção Nacional que homologou a candidatura Cristiano Machado, acabou fazendo a campanha eleitoral do sogro no estado do Rio. (...) aquela mesma secção que exigiu uma candidatura mineira à presidência da república para, mais tarde, traficar com ela em troca do apoio do extinto Sr. Getúlio Vargas a candidatura Kubistchek ao governo de Minas”³⁴

Amaral Peixoto era governador do Rio de Janeiro na época. A referência à seção mineira do PSD diz respeito aos entendimentos para se chegar ao candidato oficial do partido

³² AHRS. APWPB.9.9.1-063-14.5. Carta circular enviada por Walter Peracchi Barcelos aos Diretórios Municipais do PSD, em janeiro de 1956.

³³ AHRS. APWPB.9.9.1-085-15.5 – Correspondência do Diretório Municipal do PSD de Sarandi para Walter Peracchi Barcelos, em 21/07/1955.

³⁴ AHRS. APWPB.9.9.1-086-15.5 – Correspondência do Diretório Municipal do PSD de Vacaria para Walter Peracchi Barcelos, em 25/07/1955.

em 1950. A proposta que resultou na candidatura Cristiano Machado foi a vitoriosa entre outras que foram colocadas, e dizia que o candidato deveria ser mineiro.

2.5. “Verdadeiros” e “falsos” pessedistas.

Os dissidentes elaboram uma oposição entre “verdadeiros” e “falsos” pessedistas. Estes últimos seriam os que pretendiam que o PSD se aliasse ao PTB, através da chapa JK-Jango, conforme aparece nesta correspondência enviada pelo Diretório Municipal do PSD de São Pedro do Sul para Peracchi:

“pois os verdadeiros Pessedistas jamais se conformariam em ver o nosso glorioso PSD aliado dos seus tradicionais adversários trabalhistas”³⁵

Para os dissidentes, uma aliança entre PSD e PTB só poderia ser proposta por quem não fosse “verdadeiramente” vinculado às idéias pessedistas, o que me faz relacionar esta questão à caracterização proposta por Giovani Sartori (1982). Para o autor, uma *fração* pode ser motivacional *de interesse* ou motivacional *de princípios*, identificando a primeira uma fração motivada por recompensas concretas, como cargos, por exemplo, e a segunda a defesa de idéias e conseqüente implementação de políticas correspondentes a elas.

Penso que a Dissidência pode ser caracterizada como uma *fração motivacional de princípios*. Os dissidentes colocam sua postura como fruto de um desejo de coerência entre a oposição que assumem em relação ao PTB, especialmente a nível estadual, e a refutação de um nome daquele partido como seu candidato – no caso, João Goulart, como candidato à vice-presidência. Nas palavras de Protásio Vargas, “ideias não são metaes que se fundem”. Os dissidentes, possuindo ideias diferentes das defendidas pelo PTB, caracterizam como inviável uma aliança. Trata-se da defesa de uma coerência de ideias.

Quanto à recusa a Juscelino, revela-se a aversão à postura assumida por este quando das eleições de 1950, agindo contra os preceitos de fidelidade partidária, com vistas a salvar um interesse pessoal: conseguir eleger-se governador do estado de Minas Gerais. Esta postura do grupo dissidente revela uma aversão à atividade política que se nutre tão-

³⁵ AHRS. APWPB.9.9.1-249-15A.5 – Correspondência do Diretório Municipal do PSD de São Pedro do Sul para Walter Peracchi Barcelos, em 26/08/1956.

somente de cargos. É o que se depreende desta correspondência, enviada pelo Diretório Distrital do Passo D'Areia, em Porto Alegre, a Peracchi:

“lutamos por um ideal, e não por cargos, ou mandos, que são passageiros, estes paixão [sic], e o PSD do Rio Grande, ficará como uma árvore que não se dobra”³⁶

2.6. A Dissidência como sintoma da divisão interna no PSD.

Pelo que foi apontado até aqui, pode-se perceber que a divisão caracteriza o PSD neste momento, tanto a pensando para o partido em nível nacional, quanto dentro do próprio PSD gaúcho. Pensando-o como um todo, vemos o PSD dividido entre os que ainda estão vinculados ao getulismo, através do acordo com o PTB, e os que não admitem tal acordo, se afastando, portanto, do getulismo.

Penso que, quanto ao PSD gaúcho, sua caracterização, pela bibliografia consultada, como uma unidade antigetulista quando da ocorrência da Dissidência – estaria ele completamente “desgetulizado” neste momento – pode ser relativizada. Embora o grupo antigetulista, liderado por Peracchi, ocupe as posições de mando dentro do partido, e daí pretensamente responda por ele, o fato de surgir outro grupo, dito “juscelinista”, indica que há outras posições dentro da seção gaúcha do PSD.

Isto se relaciona a um dos objetivos aqui propostos: pensar o que a ocorrência da Dissidência tem a dizer sobre o contexto político-partidário gaúcho. Penso que ela reafirma o que a bibliografia aponta para o período: uma divisão entre PTB e anti-PTB no Rio Grande do Sul, capitaneada a última pelo PSD. Assim, no estado, o pacto populista não se efetiva. A refutação a João Goulart insere-se nesta lógica, representando uma aversão tanto ao seu partido quanto à sua pessoa, enquanto apontado como destinatário principal do carisma de Getúlio Vargas. No entanto, a análise da Dissidência aponta, também, para uma relativização a ser feita quanto à afirmação de que, em 1955 o PSD estaria completamente “desgetulizado”.

³⁶ AHRS. APWPB.9.9.1-088-15.52 – Correspondência do Diretório Distrital do PSD de Passo D'Areia, em Porto Alegre, para Walter Peracchi Barcelos, em 06/07/1955.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos, no qual esta pesquisa se baseia, foi doado pela família ao Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Como estagiária nesta instituição, tive a oportunidade, juntamente a outros dois colegas, de trabalhar na catalogação e organização do acervo, sob a orientação da historiógrafa Rejane Penna. Trata-se de material inédito, sendo esta a primeira pesquisa constituída a partir destes documentos, que datam dos tempos de Brigada Militar, na década de 1940, até os do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante a Ditadura Civil-Militar, na de 1970. Há correspondências, relatórios, discursos, recortes de jornais e fotografias, formando um acervo pleno de possibilidades para futuras pesquisas. O trabalho de catalogação e organização não está concluído, mas tem previsão para estar brevemente.

O contato diário com o material nutriu a curiosidade por entender melhor o que era referido naqueles documentos, parte deles tratando justamente sobre a Dissidência. Isto ocorreu concomitantemente à realização dos estudos, na faculdade, sobre o período 1945-1964, que me entusiasmaram. Realizou-se, assim, o casamento entre fontes e bibliografia.

O que estava colocado naqueles documentos é que o PSD apresentara uma chapa para concorrer às eleições presidenciais de 1955, composta por Juscelino Kubistchek, do próprio PSD, como candidato à presidência, e por João Goulart, do PTB, como candidato à vice-presidência. E o PSD gaúcho recusara a ambos.

Tomando conhecimento da configuração político-partidária no Rio Grande do Sul, que se apresentava como um embate entre as forças petebistas e as antipetebistas, capitaneadas estas pelo PSD, parecia-me plausível que os pessedistas gaúchos recusassem João Goulart por ser ele um petebista. No entanto, intrigou-me a recusa a Juscelino. Por que recusar um candidato que vinha do próprio partido, que tinha feito um bom governo em Minas Gerais e que parecia possuir boas chances de vitória? Além disso, constatei que a recusa a Kubistchek era anterior à rejeição a Goulart, visto que foi homologada primeiramente e de imediato recusada pelos pessedistas gaúchos, enquanto que o acordo com o PTB de Jango foi acertado somente depois. Convenci-me, então, que havia razões particulares para a recusa a Juscelino.

Ao analisar a documentação, notei a recorrência de noções como traição, vingança e interesses pessoais, assim como a referência ao “amaralismo” e às eleições presidenciais de 1950. Investigando o que poderia significar este termo até então desconhecido –

“amaralismo” –, identifiquei-o com Ernani do Amaral Peixoto, presidente do Diretório Nacional do PSD naquele momento, e que protagonizou a intervenção que acontece no Diretório Regional gaúcho. Aliadas às referências sobre o processo de “cristianização” do candidato pessedista, Cristiano Machado, abandonado por setores do próprio partido nas eleições presidenciais de 1950, as palavras traição, vingança, interesses pessoais e “amaralismo” indicavam que havia ressentimentos gerados naquele pleito que marcaram Juscelino Kubistchek e Amaral Peixoto de maneira negativa para os pessedistas gaúchos.

Buscando respostas na bibliografia, descobri que Juscelino, enquanto candidato, em 1950, ao governo do estado de Minas Gerais, entendia ser importante, naquele momento, para garantir sua vitória, contar com o apoio de Getúlio Vargas e dos petebistas. Para tanto, Juscelino ofereceu seu apoio à candidatura de Vargas, que naquele ano concorria à presidência da república pelo PTB contra Cristiano Machado, do PSD. Amaral Peixoto, por sua vez, enquanto genro de Getúlio, prestou apoio a ele ao invés de apoiar o candidato oficial do partido. Ambos, ainda, quando da vitória de Getúlio, colocaram-se como aliados do governo.

Estas atitudes foram lidas pelo grupo dissidente do PSD gaúcho como defesa de interesses pessoais em detrimento da fidelidade partidária. Os gaúchos, que não tinham participado do processo de cristianização, viram em Juscelino e em Amaral traidores do partido. Em Amaral, ainda, viram uma atitude de vingança contra a seção gaúcha, que tinha se colocado, quando da vitória de Getúlio, na oposição. Cinco anos depois, os pessedistas gaúchos não aceitariam lições de fidelidade partidária de quem não tinha demonstrado respeito por elas em 1950.

Esta fidelidade partidária é lida pelo grupo dissidente como fidelidade a princípios programáticos, a idéias, que eram diferentes das defendidas pelo PTB, por exemplo. Por isso, um acordo entre ambos era incoerente, proposto apenas por “falsos pessedistas”. Esta é mais uma argumentação construída pelos dissidentes: eles seriam os “verdadeiros” pessedistas, em oposição aos “falsos”, que apenas queriam aproveitar-se da legenda em proveito próprio – os interesses pessoais – não importando o tipo de aliança que para tanto tivessem que fazer.

Em função desta defesa da coerência de idéias, somada à avaliação negativa da política fundada em interesses pessoais e em conquista de cargos, tão-somente, penso que a Dissidência pode ser entendida, conforme caracterização proposta por Giovani Sartori (1982), como uma *fração motivacional de princípios*.

Por fim, concluí que, tanto os aspectos da recusa a Juscelino quanto os da rejeição a João Goulart estavam vinculados aos embates em torno de getulismo e antigetulismo, que

marcaram a cultura política daqueles anos. A recusa a João Goulart porque vinculado ao PTB, concorrente do PSD gaúcho, embora no cenário nacional, ambos conformassem o dito “pacto populista”. A rejeição a Juscelino porque vinculado de forma pessoal a Getúlio Vargas e por isto representado, por getulistas e antigetulistas, como o candidato que seria a continuação do getulismo.

Sofrendo mutações ao longo dos anos, o getulismo passaria de um apelo pessoal vinculado a Vargas para, após seu suicídio, institucionalizar-se, ser absorvido pelo sistema partidário e, além disso, ser um símbolo. Quando isto acontece, o PTB é que o capitaliza, fundamentalmente, aliando-o ao trabalhismo, ao nacionalismo e ao reformismo. Pode-se concluir que, para o PSD, apenas para parte dele isso seria possível, encarando o getulismo e o PTB como aliados possíveis. Para outra parte, na qual se incluem os dissidentes, o getulismo e o PTB eram inimigos inconciliáveis.

Assim, na medida em que os objetivos desta pesquisa eram apontar motivações para a Dissidência e pensar o que sua ocorrência teria a dizer sobre o contexto político-partidário gaúcho e partindo da hipótese de que as respostas para estas questões estariam no relacionamento entre PSD e PTB e destes com o getulismo – marca da cultura política da época –, no primeiro capítulo foi feita uma reconstituição destes relacionamentos, pontuando os anos de 1945 e de 1954, importantes por marcarem diferentes momentos do getulismo. No segundo capítulo, construindo variáveis a partir da análise das fontes, entendi que a Dissidência está relacionada 1) aos embates em torno de getulismo e antigetulismo dentro do PSD; 2) às noções de traição e vingança, vinculadas à fidelidade partidária; 3) à construção de uma oposição entre “verdadeiros” pessedistas – os dissidentes – e “falsos” pessedistas – que agem motivados apenas por interesses pessoais e que aceitam um acordo com o PTB; e, finalmente, 4) à divisão interna no PSD em geral e também no PSD gaúcho.

Sobre o contexto político-partidário gaúcho, se esta pesquisa leva a concordar com a bibliografia no que tange à divisão PTB, anti-PTB, permite relativizar a caracterização do PSD gaúcho como completamente “desgetulizado” em 1955. Isto graças ao surgimento, na seção gaúcha, de um grupo, chamado “juscelinista”, que apoiou a candidatura de Juscelino.

Creio que a contribuição deste trabalho em relação aos estudos sobre o PSD e sobre a Dissidência é o diálogo que estabelece principalmente com o trabalho de Lucia Hippolito (1985), para quem a Dissidência seria meramente *eleitoral*, sugerindo pragmatismo e vazio de conteúdo ideológico, no sentido de defesa de conjunto de idéias. Penso que, ao contrário, houve uma defesa de coerência de ideias, com os dissidentes pontuando que um acordo com o PTB não deveria se efetivar porque ambos eram muito diferentes. Para a recusa a Juscelino,

os dissidentes apontavam motivos que recuavam a 1950, demonstrando, portanto, razões mais profundas para a rejeição. Assim, a formação da Dissidência demonstra possuir motivações mais do que meramente eleitorais, deitando raízes no embate que marcou a cultura política de uma época: getulismo e antigetulismo.

FONTES

Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Verbetes consultados no site do CPDOC, disponíveis em <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>, acesso em 11/11/2011:

Verbete Biográfico *Valter Peracchi Barcelos*.

Verbete Temático *Partido Social Democrático (PSD-1945-1964)*.

Verbete Biográfico *Juscelino Kubistchek*.

Verbete Biográfico *Ernani do Amaral Peixoto*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, Réne (dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp.57-98.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *Por um trabalhismo autêntico: A cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do Movimento Trabalhista Renovador (1959-1960)*. Trabalho de Conclusão de Curso: História, Licenciatura, UFRGS, 2010. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29005>>. Acesso em 07/06/2011.

CANEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 09, n. 17, pp. 161-166, 1996. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2016/1155>>. Acesso em: 03/07/2011.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. In: *Estudos Históricos*, vol. 13, n. 24, 1999, p. 227-250. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100/1239>>. Acesso em: 01/07/2011.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos; 90).

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção *O Brasil Republicano*, vol. 3), p. 129-154.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Será o populismo um conceito operacional? Notas para o debate. In: *Aedos*, Porto Alegre, v.1, n.1, pp. 169-188, 2008. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9816/5613>>. Acesso em 03/07/2011.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FERREIRA, Jorge. *A experiência democrática de 1946-1964*. [S.l.: S.n.] [2010]. Disponível em <<http://www.brasilrepublicano.com.br/files/1946-1964.pdf>>. Acesso em: 03/07/2011.

_____. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: _____ & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização*

de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção *O Brasil Republicano*, vol. 3), p. 15-46.

_____. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: _____ & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção *O Brasil Republicano*, vol. 3), p. 303-342.

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____(org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O sistema partidário. A redemocratização (1945-64). In: GERTZ, René (coord.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, vol. 4), p. 59-81.

GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1280.pdf>. Acesso em 15/10/2011.

_____. Política: História, Ciência, Cultura, etc. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, pp.59-84, 1996. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2022/1161>>. Acesso em: 03/07/2011.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp.43-63.

GOUVEA, Maria de Fátima Silva; SANTOS, Marília Nogueira dos. Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp.89-110.

HEYMANN, Luciana. *Cinqüenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um "legado"*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, na Mesa Redonda ST-15: Memória, patrimônio e sociedade: desafios contemporâneos. Caxambu (MG), 26-30 de out. 2004. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1611.pdf>. Acesso em: 11/11/2011.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945 - 64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Tese Doutorado em História, PUCRS,

2008. Disponível em <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1142>. Acesso em 07/06/2011.

OLIVEIRA, Lucia M. Lippi. *Partidos políticos brasileiros: o partido social democrático*. 1973. Dissertação (Mestrado) – Conjunto Universitário Candido Mendes, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1973.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Juscelino Kubitschek I (depoimento, 1974)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1979. 15 p.

RÉMOND, René. Do político. In: _____(Dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp.441-450.

_____. Uma história presente. In: _____(Dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp.13-36.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.